

Relatório da Administração

Senhores clientes e acionistas,

A Administração do Banco Société Générale Brasil S.A. submete à apreciação de V.Sas., o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras em IFRS com o relatório de auditoria dos Auditores Independentes referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, as quais foram elaboradas em conformidade com as normas legais e estatutárias vigentes.

O Conglomerado Société Générale tem sua Matriz sede na França e está no Brasil desde o ano de 1967 atuando principalmente no mercado financeiro. É uma das maiores entidades financeiras na zona do euro, atuando em praticamente todos os setores da economia. O Conglomerado financeiro Banco Société Générale Brasil S.A., além da própria entidade individual, publica as demonstrações financeiras individuais em separado da sua controlada SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil. O Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2021 atingiu o valor de R\$ 1,56 bilhão (R\$ 1,56 bilhão em 31 de dezembro de 2020) e os ativos ponderados pelo risco alcançaram 36,45% (35,55% em 31 de dezembro de 2020) – Índice alcançado de Basiléia.

O banco apresentou um lucro em IFRS de 20,8 milhões no exercício de 2021 (lucro de 122,9 milhões no exercício de 2020).

COVID 19

O banco avalia que esse exercício ainda foi marcado pelos desdobramentos da pandemia do COVID 19 a qual não houve impacto significativo no banco. Em 2021 não há impacto a destacar e em 2020 houve uma leve deterioração nos ratings da carteira de crédito e consequente aumento da despesa de PDD devido à alteração do cenário macroeconômico que foi capturado pelos modelos de provisionamento por perda esperada do grupo.

O banco permanece com o teletrabalho para a maioria de seus funcionários com a opcionalidade não obrigatória de trabalho no escritório físico. Esse cenário não apresentou impactos nas atividades diárias com a perfeita continuidade de seus negócios e atividades operacionais e regulatórias.

Responsabilidade Socioambiental

Em conformidade com as diretrizes da Política Ambiental Global do Grupo Société Générale e com base nos critérios estabelecidos na Resolução CMN nº 4.327/14, o

Conglomerado reconhece a importância de sua responsabilidade quanto à questão socioambiental na condução de seus negócios e atividades.

O Grupo contribuiu para o desenvolvimento de uma metodologia que permite às instituições financeiras compreender melhor os riscos ambientais em suas atividades. Como membro ativo da Federação Bancária Europeia (EBF) e da Federação Bancária Francesa (FBF), o grupo atua no sentido de promover a regulamentação adequada do financiamento sustentável e apoia as propostas regulatórias em matéria de financiamento sustentável.

Os princípios socioambientais do Grupo SG visam promover o desenvolvimento sustentável em parceria com as partes interessadas (clientes e colaboradores), através de uma relação ética e transparente, da preservação do meio ambiente para as gerações futuras e o respeito à diversidade.

O Grupo SG Brasil, por meio do Instituto Société Générale de Responsabilidade Social, tem como missão valorizar e transformar vidas humanas por meio da “promoção gratuita da educação, capacitação profissional, esporte, saúde, preservação do meio ambiente, arte e cultura”.

As políticas de responsabilidade ambiental e social encontra-se no endereço eletrônico do sitio no Brasil : <https://societegeneralebrasil.com.br/site/responsabilidade-ambiental/> e <https://societegeneralebrasil.com.br/site/responsabilidade-social/>

Ouvidoria e Canal de Denúncias

Em atendimento ao disposto na Resolução CMN nº 4.859/20, o Grupo Société Générale designou o Canal de Ouvidoria a seus clientes (constituído em cumprimento à Resolução CMN nº 4.860/20) e o Canal de Denúncias aos seus funcionários, por meio do qual possa ser utilizado, sem a necessidade de se identificarem, situações com indícios de ilicitude de qualquer natureza, relacionadas às suas atividades.

Os procedimentos de utilização do canal de comunicação podem ser encontrados na internet e intranet do banco no Brasil. Canal de Denúncias:

<https://societegeneralebrasil.com.br/site/canal-de-denuncias/>

A Administração do Grupo Société Générale Brasil agradece aos clientes, e a nossos acionistas, o indispensável apoio e confiança depositados e aos colaboradores pelo empenho e dedicação.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2022

Administradores

LUIS FIDEL EMILIANO SAINZ CARRILLO

MÁRIO MARCOS LOPES

PAULO FAGUNDES DE LIMA – DIRETOR RESPONSÁVEL PELA ÁREA CONTÁBIL

AURELIEN GUILLAUME ALEXANDRE COTTARD

EDUARDO YASUDA IRIE

ROBERTO LUIS MARTINELLI DE OLIVEIRA

Contador

LEANDRO DOS SANTOS - CRC - SP 262040/O-6

**Demonstrações Financeiras Consolidadas de
acordo com as Normas Internacionais de
Contabilidade - IFRS**

Banco Société Générale Brasil S.A.

31 de dezembro de 2021

com relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Banco Société Générale Brasil S.A.

Demonstrações Financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS

31 de dezembro de 2021

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras..... 1

Demonstrações financeiras auditadas

Balanços patrimoniais consolidados 8

Demonstrações do resultado e do resultado abrangente consolidado 9

Demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido 10

Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa 11

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas..... 12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Aos
Acionistas e Administradores do
Banco Société Générale Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Société Générale Brasil S.A. ("Banco") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco em 31 de dezembro de 2021, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras consolidadas. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Banco.

1. Ativos financeiros ao custo amortizado

O Banco possui ativos relevantes relacionados a ativos financeiros ao custo amortizado que, conforme mencionado na nota explicativa nº 8 compreendem posições de empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras e clientes. Consideramos a carteira de ativos financeiros ao custo amortizado um assunto relevante de auditoria, devido a magnitude dos valores envolvidos, e pelo fato de ser uma das principais atividades do Banco com alto volume de operações no exercício.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a realização do entendimento do processo estabelecido pela administração, bem como efetuamos testes de controles internos relacionados com: a originação das operações; a análise e aprovação de operações de empréstimos e recebíveis considerando os níveis de alçadas estabelecidas; reconhecimento de receita e despesa, entre outros.

Nossos procedimentos de auditoria também incluíram a realização, para uma amostra de operações de empréstimos e recebíveis, de confirmação da existência, por meio de circularização, de testes relativos à análise da documentação em conjunto com o recálculo dos ativos das operações na data base do procedimento.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a carteira de ativos financeiros ao custo amortizado e nos resultados obtidos, consideramos apropriadas a contabilização e divulgações preparadas pela administração, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

2. Instrumentos financeiros derivativos não negociados em bolsa de valores

O Banco possui em seu portfólio de investimentos, instrumentos financeiros derivativos não negociados em bolsa de valores, conforme notas explicativas nº 6b e nº 13, os quais são precificados e registrados ao seu valor justo. A mensuração desses instrumentos financeiros derivativos a valor justo requer da administração a utilização de modelos de precificação e premissas subjetivas, como a utilização de inputs observáveis e não observáveis de informações tais como fluxo de caixa esperado, taxa livre de risco e spread de risco de crédito, dentre outros. Devido à natureza desses instrumentos financeiros, e considerando a complexidade e subjetividade em suas metodologias de precificação, consideramos a mensuração dos

instrumentos financeiros derivativos não negociados em bolsa de valores como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de especialistas em precificação de instrumentos financeiros derivativos não negociados em bolsa de valores para nos auxiliar e suportar a avaliação das metodologias de precificação e premissas consideradas pela administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros derivativos. Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pelo Banco na nota explicativa nº 6b às demonstrações financeiras consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos não negociados em bolsa de valores, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros derivativos não negociados em bolsa de valores são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Obrigações por operações de venda e transferência de ativos financeiros e de empréstimos por repasses

Conforme nota explicativa 16, o Banco possui obrigações por operações de venda e transferência de ativos financeiros e de empréstimos por repasses com partes relacionadas. Consideramos um dos principais assuntos de auditoria devido a magnitude dos valores envolvidos, assim como pelo alto volume de operações e o Banco utilizar esses recursos para o financiamento de suas operações.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do processo estabelecido pela administração, bem como a realização de testes de controles. Realizamos ainda a circularização das contrapartes, assim como através de uma amostra de obrigações por operações de venda e transferência de ativos financeiros e de empréstimos por repasses com partes relacionadas, analisamos os contratos existentes, valorização e liquidações realizadas no exercício, bem como se as transações foram realizadas em condições de mercado.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados para as obrigações por operações de venda e transferência de ativos financeiros e de empréstimos por repasses com partes relacionadas e nos resultados obtidos, consideramos apropriadas a contabilização e divulgações preparadas pela administração, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

4. Ambiente de tecnologia

As operações do Banco são extremamente dependentes do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia e seus sistemas, razão pela qual consideramos o ambiente de tecnologia como um dos principais assuntos de auditoria. Devido à natureza do negócio e volume de transações do Banco, a estratégia de nossa auditoria é baseada na eficácia do ambiente de tecnologia.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia (“ITGCs”) implementados pelo Banco para os sistemas considerados relevantes para o processo de auditoria. A avaliação dos ITGCs incluiu o envolvimento de especialistas em tecnologia para nos auxiliar na execução de procedimentos de auditoria desenhados para avaliar os controles sobre os acessos, gestão de mudanças e outros aspectos de tecnologia. No que se refere à auditoria dos acessos, analisamos, em bases amostrais, o processo de autorização e concessão de novos usuários, de revogação tempestiva de acesso a colaboradores transferidos ou desligados e de revisão periódica de usuários.

Além disso, avaliamos as políticas de senhas, configurações de segurança e acesso aos recursos de tecnologia. No que se refere ao processo de gestão de mudanças, avaliamos se as mudanças nos sistemas foram devidamente autorizadas e aprovadas pelo Banco em níveis apropriados.

Nos processos considerados significativos para as demonstrações financeiras consolidadas, identificamos os principais controles automatizados ou que dependem de tecnologia, para, em bases amostrais, efetuar testes com foco no desenho e na efetividade operacional de tais controles.

Nossos testes do desenho e da operação dos ITGCs e dos controles automatizados considerados relevantes para os procedimentos de auditoria efetuados forneceram uma base para que pudéssemos continuar com a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos de auditoria.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras individuais

Conforme mencionado na n explicativa 2.1, o Banco Société Générale Brasil S.A. elaborou um conjunto completo de demonstrações financeiras individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, apresentadas separadamente, sobre as quais emitimos relatório de auditoria independente separado, não contendo nenhuma modificação, datado de 22 de fevereiro de 2022.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações obtidas até a data deste relatório, que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas do Banco representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Banco do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 18 de março de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Emerson Morelli
Contador CRC- 1SP249401/O-4



Marília Nascimento Soares
Contadora CRC- SP301194/O-9

Banco Société Générale Brasil S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 de dezembro de 2021 e de 2020 Em milhares de reais

Ativo	Nota	2021	2020
Caixa, equivalentes de caixa e reservas no Banco Central	5	1.431.162	4.738.918
Ativos financeiros ao valor justo através do resultado		375.894	388.425
Títulos e valores mobiliários	6.A	30.637	128.309
Instrumentos financeiros derivativos (não instrumento de hedge)	4.1.4	345.257	260.116
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	7	1.074.348	841.203
Títulos e valores mobiliários		1.074.348	841.203
Ativos financeiros ao custo amortizado		3.880.830	3.065.282
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	8.A	2.427.489	636.328
Empréstimos e adiantamentos a clientes	8.B	1.493.713	2.479.000
Provisão para perda por redução ao valor recuperável	8.C	(40.372)	(50.046)
Créditos tributários	33.B	65.949	16.829
Outros ativos	12	593.790	760.591
Investimentos		20	19
Ativo imobilizado	10	18.249	22.370
Ativos intangíveis	11	47	94
Total do ativo		7.440.289	9.833.731
Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2021	2020
Passivos financeiros ao valor justo através do resultado		691.082	1.014.879
Instrumentos financeiros derivativos (não instrumento de hedge)	13	684.793	1.004.970
Captações no mercado aberto		6.289	9.909
Passivos financeiros ao custo amortizado		4.206.402	6.673.014
Depósitos de clientes	14	83.686	209.424
Captações no mercado aberto	15	55.016	150.011
Obrigações por operações de venda e transferência de ativos financeiros e de empréstimos e repasses	16	4.067.700	6.313.579
Provisões	17.A	284.405	288.674
Passivos tributários diferidos	18.A	81.168	91.008
Outros passivos	18.B	618.370	201.750
Patrimônio líquido		1.558.862	1.564.406
Capital		2.956.929	2.956.929
Reserva de capital		(3.962)	(4.180)
Ajuste ao valor justo de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	19.C	(45.424)	(17.514)
Hedge de fluxo de caixa	19.D	1.300	(91)
Prejuízos acumulados		(1.349.981)	(1.370.738)
Total do patrimônio líquido atribuído aos controladores		1.558.862	1.564.406
Total do passivo e patrimônio líquido		7.440.289	9.833.731

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Banco Société Générale Brasil S.A.

DEMONSTRA  ES DO RESULTADO E DO RESULTADO ABRANGENTE CONSOLIDADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em milhares de reais

	Nota	2021	2020
Receita de juros e rendimento de produtos bancários	22	483.673	432.878
Despesa de juros e rendimento de produtos bancários	23	(63.562)	(87.394)
Resultado líquida de juros e e rendimentos de produtos bancários		420.111	345.484
Ganhos/(Perdas) líquidas de recupera��o por redu��o ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos		6.925	(1.676)
Receita/(Despesa) líquida de juros após perdas por redu��o ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos		427.036	343.808
Receita de varia��o cambial sobre produtos bancários		78.305	55.340
Despesa de varia��o cambial sobre produtos bancários		(842.960)	(1.855.895)
Outras receitas (despesas) operacionais de varia��o cambial		(624.687)	1.086.208
Resultado de opera��es de cambio e varia��o cambial		(1.389.342)	(714.347)
Resultado líquido com tarifas e comissões	24	4.385	9.621
Resultado com instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado	25	1.177.157	691.741
Resultado líquido realizado de títulos e valores mobiliários e com instrumentos derivativos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	26	1.634	812
Despesas de pessoal	27	(115.670)	(116.965)
Despesas administrativas	28	(77.407)	(64.074)
Deprecia��o e amortiza��o	29	(4.381)	(4.042)
Outras receitas (despesas) operacionais	30	23.101	57.218
Perdas por impairment	7	(14.071)	-
Lucro/(Prejuízo) operacional antes da tributa��o		32.442	203.772
Imposto de renda e contribui��o social	33	(11.638)	(80.891)
Lucro líquido/(Prejuízo) consolidado do exercício de opera��es continuadas		20.804	122.881
Lucro líquido/(Prejuízo) consolidado do exercício		20.804	122.881
Lucro/(Prejuízo) atribuível aos acionistas controladores		20.804	122.881
Total do Lucro/(Prejuízo) líquido básico e diluído por a��o (em R��)		0,02	0,12
Ordinárias		0,02	0,12
Preferenciais		0,02	0,12
Demonstra��o do resultado abrangente		2021	2020
Lucro líquido/(Prejuízo) do exercício		20.804	122.881
Outros Resultados Abrangentes que serão reclassificados subsequentemente para lucros ou prejuízos quando condi��es específicas forem atendidas:			
Ajustes ao valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda, líquidos de impostos	19.C	(27.910)	(9.177)
Parcela referente a <i>Hedge</i> de fluxo de caixa, líquida de impostos	19.D	1.391	2.209
Outros Resultados Abrangentes que não serão reclassificados para lucros ou prejuízos:			
Plano de Benefícios		171	1.195
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos		(26.348)	(5.773)
Total dos resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos		(5.544)	117.108
Total dos resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos atribuídos aos acionistas controladores		(5.544)	117.108

As notas explicativas da administra  o são parte integrante das demonstra  es financeiras

Banco Société Générale Brasil S.A.
DEMONSTRA  O CONSOLIDADAS DAS MUTA  OES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020.

Em milhares de reais

Patrimônio líquido atribuível �� controladora						
Nota	Capital	Prejuízos acumulados	Reserva de capital e legal	Ajustes de Avalia��o Patrimonial	Hedge de fluxo de caixa	Total do patrimônio líquido
Em 1� de janeiro de 2021	2.956.929	(1.370.738)	(4.180)	(17.514)	(91)	1.564.406
Lucro líquido do exercício	-	20.804	-	-	-	20.804
Ajuste ao valor justo de ativos financeiros VJORA	19.C	-	-	(27.910)	-	(27.910)
Hedge de fluxo de caixa	19.D	-	-	-	1.391	1.391
Constitui��o (realiza��o) de reservas	-	(47)	47	-	-	-
Plano de pagamento baseado em a��es	-	-	171	-	-	171
Em 31 de dezembro de 2021	2.956.929	(1.349.981)	(3.962)	(45.424)	1.300	1.558.862

Patrimônio líquido atribuível �� controladora						
Nota	Capital	Prejuízos acumulados	Reserva de capital	Ajustes de Avalia��o Patrimonial	Hedge de fluxo de caixa	Total do patrimônio líquido
Em 1� de janeiro de 2020	2.956.929	(1.493.393)	(5.601)	(8.337)	(2.300)	1.447.298
Lucro líquido do exercício	-	122.881	-	-	-	122.881
Ajuste ao valor justo de ativos financeiros VJORA	19.C	-	-	(9.177)	-	(9.177)
Hedge de fluxo de caixa	19.D	-	-	-	2.209	2.209
Constitui��o (realiza��o) de reservas	-	(226)	226	-	-	-
Plano de pagamento baseado em a��es	-	-	1.195	-	-	1.195
Em 31 de dezembro de 2020	2.956.929	(1.370.738)	(4.180)	(17.514)	(91)	1.564.406

Banco Société Générale Brasil S.A.**DEMONSTRA  O CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020.**

Em milhares de reais

	Nota explicativa	2021	2020
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		20.804	122.881
Ajustes que não afetam o fluxo de caixa		1.189.450	1.063.242
Deprecia��o do ativo imobilizado	29	4.334	3.983
Amortiza��o do ativo intangível	29	47	59
Provisões para a��es judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas	17.B	(4.269)	(31.774)
Varia��o cambial sobre disponibilidades em moeda estrangeira, empréstimos e capta��es		1.319.193	1.068.053
Juros de opera��es de crédito e empréstimos		(34.770)	(4.360)
Créditos tributários e passivos fiscais diferidos		(58.960)	41.413
Provisão para plano de pagamento baseado em a��es	32	171	1.195
Atualiza��o de depósitos judiciais	30	(9.777)	(8.359)
Ajuste ao valor justo de ativos financeiros VJORA	19.C	(27.910)	(9.177)
Hedge de fluxo de caixa	19.D	1.391	2.209
Lucro líquido ajustado		1.210.254	1.186.123
Varia��o de ativos e passivos operacionais		(4.505.878)	1.171.102
(Aumento)/redu��o de reservas do Bacen	5	11.921	(10.945)
Aumento em ativos financeiros disponíveis para venda		(233.146)	(388.569)
(Aumento)/redu��o em ativos financeiros ao valor justo através do resultado - Mantidos para negocia��o		12.531	(98.057)
Aumento em empréstimos e recebíveis		(704.291)	(435.529)
Redu��o em outros ativos		233.713	1.959.147
Redu��o em passivos financeiros ao valor justo através do resultado de mantidos para negocia��o		(1.776.613)	(2.911.112)
Aumento/(redu��o) em passivos financeiros ao custo amortizado – depósitos de clientes, de institui��es financeiras e capta��es no mercado aberto		(2.466.612)	3.261.420
Aumento de a��es judiciais		-	8.644
Aumento (redu��o) em outros passivos		530.624	(172.978)
Impostos pagos		(114.005)	(40.919)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		(3.295.624)	2.357.225
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisi��o de imobilizado	10	(217)	(8.677)
Aliena��o de imobilizado	10	6	86
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(211)	(8.591)
Aumento líquido/(redu��o) em caixa e equivalentes de caixa		(3.295.835)	2.348.634
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		4.726.997	2.378.363
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	1.431.162	4.726.997

As notas explicativas da administra  o são parte integrante das demonstra  es financeiras

Banco Société Générale Brasil S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

Em milhares de reais

1. Informações gerais

O Banco Société Générale Brasil S.A. ("Banco Société Générale") é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada na Avenida Paulista, 2300 – Bela Vista – São Paulo – SP – Brasil, organizada sob a forma de Banco Múltiplo, autorizada a operar com as carteiras: comercial, câmbio, investimento, crédito, financiamento e prestação de serviços. Sua matriz é sediada na França e está no Brasil desde o ano de 1967 atuando principalmente no mercado financeiro. É uma das maiores entidades financeiras na zona do euro, atuando em praticamente todos os setores da economia. O Banco Société Générale é uma subsidiária integral do Société Générale Group - Matriz França ("Grupo Société Générale").

O conglomerado financeiro é composto pelo Banco Société Générale e por sua controlada SG Equipment Finance S.A. – Arrendamento Mercantil ("Société Générale Leasing"), conforme descrito na nota explicativa nº 2.3.2. - "Escopo de consolidação".

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram eliminadas as participações societárias, os saldos a receber e a pagar, as receitas e as despesas decorrentes de transações entre as entidades do Conglomerado.

As operações conduzidas pelas empresas do conglomerado estão no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa é absorvido, segundo critérios de praticabilidade e razoabilidade, em conjunto ou individualmente.

A controlada é subsidiária integral e é apresentada de forma consolidada nessas demonstrações financeiras.

A Société Générale Leasing tem por objeto social a prática das operações de arrendamento mercantil. Suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro.

As captações do Banco e a controlada Société Générale Leasing vem sendo realizadas através de aportes de capital e empréstimos no exterior com o Société Générale Corporate & Investment Bank (Paris-França).

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela diretoria em 16 de fevereiro de 2022.

2. Principais práticas contábeis

2.1. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações do Comitê de Interpretações das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRIC). A resolução 4.818 e a resolução BCB nº 2 do banco central estabelece os critérios gerais para a divulgação das demonstrações financeiras consolidadas em IFRS.

Todas as práticas contábeis e critérios de apuração relevantes para as demonstrações financeiras consolidadas foram aplicadas em sua elaboração. As adoções, ou possíveis adoções, das novas normas e interpretações do IFRS em 2021 não impactaram a comparabilidade com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Novos pronunciamentos contábeis aplicados pelo grupo em 2021 descritos abaixo a qual não houve impacto nas demonstrações.

Alterações à IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16 (Referência de Taxa de Juros reforma - Fase 2)

Alterações à IFRS 4 – Extensão da isenção temporária da aplicação da IFRS 9

Alterações à IFRS 16 "Arrendamentos" – concessões de aluguel relacionadas ao Covid-19 além de 30 de junho 2021

Novos pronunciamentos contábeis já emitidos, mas aplicáveis em períodos futuros:

São relacionados a seguir, novos pronunciamentos já emitidos e que passarão a vigorar em exercícios após a data destas demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não foram adotadas de forma antecipada, quais sejam:

IBOR - A Fase 2 da reforma da IBOR aplica-se a transição de um instrumento financeiro de uma IBOR para uma taxa livre de risco (RFR). Não devem gerar qualquer impacto significativo nas demonstrações financeiras. Com efeito, o Grupo,

Banco Société Générale Brasil S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

Em milhares de reais

em linha com as recomendações emitidas pelas reguladoras e grupos de trabalho de mercado sobre a reforma tarifária, planeja migrar os contratos numa base economicamente equivalente. Isso é feito com mais frequência substituindo o benchmark histórico da taxa com uma taxa de referência alternativa mais um spread fixo compensando a diferença entre estas duas taxas.

Alterações à IAS 37 "Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - Contratos onerosos - Custo de cumprimento de um contrato". Estas alterações esclarecem os custos a serem utilizados na determinação dos custos de cumprimento de um contrato quando da análise de contratos onerosos.

Melhorias anuais nas normas IFRS (ciclo 2018 - 2020). Como parte das melhorias anuais das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), o IASB emitiu pequenas alterações à IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade", IFRS 9 "Instrumentos Financeiros", IAS 41 "Agricultura" e IFRS 16 "Arrendamentos".

Alterações ao IAS 1 "divulgação de políticas contábeis". O objetivo dessas alterações é ajudar as empresas a melhorar a materialidade das informações sobre contabilidade, políticas divulgadas nas notas às demonstrações financeiras e a utilidade dessa informação para os investidores e usuários de demonstrações financeiras.

Alterações ao IAS 8 "definição de estimativas contábeis". O objetivo dessas alterações é facilitar a distinção entre mudanças nas políticas contábeis e mudanças nas estimativas contábeis.

Alterações ao IAS 12 "tributos sobre o lucro" – Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação. Essas alterações esclarecem e restringem o escopo da isenção fornecida pela norma IAS 12 permitindo instituições a não reconhecer qualquer imposto diferido durante o reconhecimento inicial de um ativo e um passivo.

As demonstrações financeiras individuais, foram publicadas no jornal Valor Econômico na edição de 22 de fevereiro de 2022, e as demonstrações financeiras consolidadas prudenciais e estas demonstrações em IFRS são divulgadas no site do Banco no Brasil e enviadas para a Central de Demonstrações Financeiras do Sistema Financeiro Nacional para atendimento a Instrução normativa BCB 54 de 2020. Para atendimento aos órgãos reguladores no Brasil, o conglomerado Banco Société Générale aplicou as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional – CMN, do Banco Central do Brasil – BACEN e do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

2.2. Base de preparação

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico corrigido, com exceção dos ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado, os quais foram todos mensurados ao valor justo.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o valor justo dos ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo através do resultado.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com o IFRS requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as demonstrações financeiras consolidadas, estão demonstradas na nota explicativa nº 3 - "Estimativas e julgamentos contábeis críticos".

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para aquelas de natureza financeira.

As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas a operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas dos balanços.

2.3. Consolidação

2.3.1. Controladas

A controlada SG Equipment Finance S.A.-Arrendamento Mercantil é uma entidade cuja política financeira e operacional

Banco Société Générale Brasil S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

Em milhares de reais

é determinada pelo Banco Société Générale o qual detém a totalidade das ações com direito de voto. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto exercíveis ou conversíveis são levados em consideração ao avaliar se o Banco Société Générale controla outra entidade. A controlada é integralmente consolidada a partir da data em que o controle é obtido pelo Banco Société Générale e deixa de ser consolidada a partir da data em que o controle cessa.

As operações entre empresas do conglomerado, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, foram eliminados no processo de consolidação. As políticas contábeis das controladas foram ajustadas para assegurar consistência com as políticas contábeis adotadas pelo Banco Société Générale.

2.3.2. Escopo de consolidação

Controlada

Nome da Companhia	País de registro	Indústria	Percentual	
			Participação em capital votante	Participação em capital social
SG Equipment Finance S.A. - Arrendamento Mercantil	Brasil	Financeira	100	100

2.4. Conversão em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a instituição atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação do Banco Société Générale.

(b) Transações e itens do balanço patrimonial

Transações em moeda estrangeira são contabilizadas, no seu reconhecimento inicial, na moeda funcional, aplicando-se, a taxa de câmbio à vista entre a moeda funcional e a moeda estrangeira na data da transação.

As variações cambiais que surgem da liquidação de tais transações e da conversão dos ativos e passivos monetários em moeda estrangeira por taxas cambiais de fechamento são reconhecidas como ganho ou perda na demonstração do resultado.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa é representado por disponibilidades em moedas nacionais e estrangeiras. Equivalentes de caixa é representado por aplicações em operações compromissadas e em depósitos interfinanceiros cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco Société Générale para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

2.6. Operações compromissadas

As compras ou vendas de ativos financeiros vinculados a contrato de revenda ou recompra, respectivamente, são reconhecidos como um financiamento concedido ou recebido garantido pelo ativo financeiro, de acordo com a natureza do vendedor, sendo apresentados na demonstração de posição financeira em "Caixa e equivalentes de caixa" (ativo) quando o prazo de vencimento da operação na data da efetiva aplicação for igual ou inferior a 90 dias e apresentar risco insignificante de mudança de valor justo, em "Empréstimos e recebíveis" (ativo) quando o prazo de vencimento da operação na data da efetiva aplicação for superior a 90 dias, ou como "Captações no mercado aberto" (passivo).

As diferenças entre os preços de compra e de venda são reconhecidos como "Receitas (despesas) de juros e similares" ao longo do prazo do respectivo contrato.

2.7. Ativos financeiros

O Banco Société Générale classifica seus ativos financeiros, a partir de 01 de janeiro de 2018 de acordo com o IFRS 9, sob as seguintes categorias: (a) mensurados ao valor justo através do resultado, (b) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e (c) empréstimos e recebíveis ao custo amortizado. A classificação depende da

Banco Société Générale Brasil S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

Em milhares de reais

finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado

Nessa categoria estão incluídos os ativos financeiros mantidos para negociação.

Os ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando são adquiridos ou incorridos principalmente com o objetivo de negociação no curto prazo. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mantidos para negociação são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado com instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

Os derivativos ativos são classificados nesta categoria, a não ser que tenham sido designados como instrumentos de *hedge* (*hedge accounting*).

Seguindo a norma de IFRS 9 o grupo decidiu utilizar as regras do IAS 39 para as operações de *hedge accounting*.

(b) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

São classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, os ativos financeiros não derivativos que serão mantidos por um período indefinido, que podem ser vendidos em resposta à necessidade de liquidez ou à mudança de taxa de juros, taxa de câmbio ou preços de ações.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são contabilizados pelo valor justo, sendo os juros calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros (conforme nota explicativa nº 2.15.) e reconhecidos na demonstração do resultado como "Receitas de juros e similares". A parcela correspondente à variação no valor justo é lançada contra o patrimônio líquido, na conta "Outros resultados abrangentes", sendo realizada contra resultado quando liquidado ou pela perda por redução ao valor recuperável.

(c) Empréstimos e recebíveis ao custo amortizado

Nessa categoria, incluem-se os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis do Banco Société Générale compreendem os "Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras", "Empréstimos e adiantamentos a clientes" e outras contas a receber. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, com base no método da taxa efetiva de juros (conforme nota explicativa nº 2.15.).

2.8. Passivos financeiros

O Banco Société Générale classifica seus passivos financeiros sob as seguintes categorias: (a) mensurados ao valor justo através do resultado e (b) mensurados ao custo amortizado. A Administração determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Passivos financeiros ao valor justo através do resultado

Nessa categoria são incluídos os passivos financeiros mantidos para negociação.

Passivos financeiros mantidos para negociação são passivos incorridos principalmente com o propósito de negociação em um futuro próximo ou se fazem parte de um portfólio de instrumentos financeiros identificados que são administrados conjuntamente e existe evidência de um padrão recente de obtenção de lucros no curto prazo.

Os derivativos passivos são classificados nesta categoria, a não ser que tenham sido designados como instrumentos de *hedge* (*hedge accounting*).

(b) Passivos financeiros ao custo amortizado

Passivos financeiros ao custo amortizado compreendem aqueles que são atualizados subsequentemente pela taxa efetiva de juros (conforme nota explicativa nº 2.13.), que desconta os pagamentos futuros estimados de juros ao longo

Banco Société Générale Brasil S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

Em milhares de reais

da existência do passivo. O cálculo da taxa efetiva inclui todas as despesas (receitas) associadas ao instrumento.

As despesas de juros correspondentes estão incluídas na conta "Despesas de juros e similares".

2.9. Instrumentos financeiros derivativos e *hedge accounting*

Derivativos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e são subsequentemente mensurados pelos seus valores justos com as variações reconhecidas no resultado.

Para a determinação do valor justo de derivativos, é avaliado se o instrumento em questão é negociado em um mercado ativo ou não. Neste segundo caso, o cálculo do valor justo é realizado através de técnicas de precificação, incluindo fluxo de caixa descontado e outros modelos. Na determinação do valor justo são considerados o risco de crédito da contraparte (derivativos ativos) e do grupo (derivativos passivos).

Os derivativos não destinados a negociação receberão tratamento contábil diferenciado se esses derivativos forem designados e qualificados como instrumentos de *hedge*. Se este for o caso, determinamos em qual categoria de *hedge accounting* esse derivativo se classifica.

(a) Derivativos para negociação

Os derivativos que não se qualificam como instrumentos de proteção (*hedge accounting*) são classificados como instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado na categoria de mantidos para negociação.

As mudanças no valor justo destes instrumentos são reconhecidas no resultado do período sob a rubrica "Resultado com instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado".

(b) Derivativos não destinados à negociação (*hedge accounting*)

Certos derivativos são utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros que atendam aos critérios de contabilização como *hedge accounting*. A norma contábil prevê três tipos de estratégias de *hedge*: *hedge* de valor justo, *hedge* de fluxo de caixa e *hedge* de investimento líquido em operação no exterior.

Para qualificar-se como *hedge accounting*, um derivativo deve ser:

- Designado e qualificado como um *hedge* de um ativo ou passivo financeiro especificado no início da vigência do contrato;
- Altamente efetivo em compensar a exposição às alterações no seu valor justo em relação ao valor justo do item que estiver sendo protegido ou, no caso de *hedge* de fluxo de caixa, em relação às alterações no fluxo de caixa, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato;
- Formalmente e contemporaneamente documentado como parte do relacionamento de *hedge*, incluindo o objetivo e a estratégia de administração de risco, a identificação do instrumento de *hedge* e do item protegido por *hedge* e a exposição a risco, como a efetividade será analisada prospectivamente e retrospectivamente, e como será mensurada a ineficácia.

A avaliação e documentação da efetividade das relações de *hedge* são revisadas no mínimo trimestralmente para confirmar se o instrumento de *hedge* foi e continua a ser efetivo na compensação de variações no valor justo ou fluxos de caixa (dependendo da modalidade da operação de *hedge accounting* estabelecida).

Toda ineficácia é registrada no resultado do período corrente. Se for determinado que um instrumento derivativo designado para *hedge* não é altamente efetivo no *hedge accounting* da exposição designada, a relação e contabilização do *hedge* são descontinuadas.

Mantínhamos derivativos qualificados como *hedge* de fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, conforme descrito na nota explicativa nº 21 - "Instrumentos financeiros derivativos não destinados a negociação - *hedge*".

(b.1) *Hedge* de fluxo de caixa

Banco Société Générale Brasil S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

Em milhares de reais

Para instrumentos financeiros derivativos que são designados e se qualificam como instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a parcela efetiva dos ganhos ou perdas do derivativo é registrada como um componente do patrimônio líquido na conta de "Outros resultados abrangentes" e reclassificada para resultado no mesmo período ou períodos em que a transação protegida por *hedge* afeta o resultado. A parcela dos ganhos e das perdas sobre os derivativos que representam a parcela não efetiva, ou os componentes de *hedge* excluídos da análise de efetividade, é reconhecida no resultado do exercício. Todos os montantes dos instrumentos de *hedge* que afetam o resultado são reconhecidos de forma condizente com a classificação do item protegido por *hedge*.

Se o relacionamento de *hedge* é descontinuado, a variação no valor justo do derivativo registrado no patrimônio líquido na conta de "*Hedge* de fluxo de caixa" é reconhecida quando os fluxos de caixa que foram protegidos ocorrerem, de forma condizente com a estratégia de *hedge* original. Se for provável que a transação prevista não irá ocorrer conforme a estratégia original, qualquer montante relacionado ao derivativo registrado será imediatamente reconhecido em resultado.

2.10. Reconhecimento e mensuração dos ativos e passivos financeiros

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação - data em que é assumido o compromisso de compra ou venda dos ativos.

Os ativos financeiros não mensurados pelo valor justo através do resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos de transação. Os ativos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa na demonstração do resultado.

O valor justo dos ativos financeiros cotados em mercado ativo é baseado nos preços atuais de oferta de compra. Se o mercado para um ativo financeiro não for ativo, o Banco Société Générale estabelece o valor justo por meio da utilização de técnicas de avaliação. As técnicas de avaliação incluem o uso de transações de mercado recentes entre partes independentes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, sem favorecimento; fluxo de caixa descontado; modelos de precificação de opções e outras técnicas de avaliação geralmente utilizadas pelos participantes de mercado.

2.11. Desreconhecimento (baixa) de instrumentos financeiros

Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos contratuais do recebimento dos fluxos de caixa proveniente destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios decorrentes da posse do instrumento. Se não houver transferência substancial dos riscos e benefícios, a Administração avalia o controle do instrumento, a fim de assegurar seu envolvimento contínuo no ativo.

Títulos vinculados a recompra e cessões de crédito com coobrigação não são desreconhecidos porque o grupo retém substancialmente os riscos e benefícios na extensão em que existe, respectivamente, um compromisso de recomprá-los a um valor predeterminado ou de realizar pagamentos até uma determinada faixa no caso de *default* do devedor original dos empréstimos e adiantamentos.

Passivos financeiros são baixados se a obrigação for extinta contratualmente.

2.12. Apresentação de instrumentos financeiros pela posição líquida entre ativos e passivos

O ativo financeiro pode ser compensado com um passivo financeiro e ser reportado pelo seu valor líquido no balanço patrimonial se possuir direito e obrigatoriedade contratual de compensar os montantes reconhecidos na demonstração do balanço patrimonial e pode utilizar-se de uma base líquida, realizando um ativo e liquidando um passivo simultaneamente.

2.13. Receitas e despesas de juros

Receitas e despesas de juros para todos os instrumentos financeiros com incidência de juros, exceto daqueles designados ao valor justo através do resultado, são reconhecidos dentro de "Receitas de juros e rendimentos similares" e "Despesas juros e encargos similares" na demonstração do resultado usando o método da taxa efetiva de juros.

Método da taxa efetiva de juros é o método utilizado para calcular o custo amortizado de ativo ou de passivo financeiro e de alocar a receita ou a despesa de juros no período. A taxa efetiva de juros é a taxa de desconto que é aplicada sobre

Banco Société Générale Brasil S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

Em milhares de reais

os pagamentos ou recebimentos futuros sendo estimado ao longo da expectativa de vigência do instrumento financeiro ou, apropriado por um período mais curto, que resulta no valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. Ao calcular a taxa efetiva de juros, o Banco Société Générale estima os fluxos de caixa considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera perdas de crédito futuras. O cálculo inclui todas as comissões pagas ou recebidas entre as partes do contrato, os custos de transação e todos os outros prêmios ou descontos.

Quando o valor de um ativo ou um grupo de ativos financeiros similares for reduzido em decorrência da redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida com base na taxa efetiva de juros utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros para fins de mensuração da redução ao valor recuperável.

2.14. Resultado líquido com tarifas e comissões

Resultado líquido com tarifas e comissões é reconhecido conforme o regime contábil de competência no período em que os serviços são prestados (conforme descrito na nota explicativa nº 24 – Resultado líquido de tarifas e comissões), exceto aquelas que fazem parte da taxa de juros efetiva sobre instrumentos financeiros.

2.15. Reconhecimento de perdas de créditos esperadas

O cálculo de provisão de perdas de crédito esperadas do Banco Societe é efetuado de forma centralizada pelo sistema global na França.

Instrumentos de dívida classificados como ativos financeiros ao custo amortizado ou como ativos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes, recebíveis de arrendamentos operacionais, contas a receber de clientes e receita a receber incluídos entre outros ativos, bem como os compromissos de empréstimo concedidos e os compromissos de garantia emitidos, estão sistematicamente sujeitos a imparidade ou provisões para perdas de crédito esperadas. Essas imparidades e provisões são reconhecidas à medida que os empréstimos são concedidos, os compromissos assumidos, ou adquiridos, sem esperar pela ocorrência de uma evidência objetiva de imparidade. Para determinar o montante de imparidade ou provisão a registrar em cada data de balanço, estas exposições são divididas em três categorias com base no aumento do risco de crédito observado desde o reconhecimento inicial. Uma provisão ou imparidade deve ser reconhecida para os riscos em cada categoria da seguinte forma:

(a) Exposições classificadas na etapa 1

Na data do reconhecimento inicial, as exposições são sistematicamente classificadas na Fase 1, a menos que foram compradas ou originadas como instrumentos com imparidade de crédito.

(b) Exposições classificadas na etapa 2

Para identificar as exposições do Estágio 2, o aumento significativo no risco de crédito é avaliado pelo Grupo usando dados passados e prospectivos disponíveis (pontuações comportamentais, indicadores de empréstimo a valor, cenários de previsão, etc.). Esta avaliação das alterações no risco de crédito tem em conta os três seguintes critérios:

(b.1) Classificação de crédito da contraparte

O Grupo analisa as alterações no rating de crédito da contraparte, bem como quaisquer alterações no seu setor, em condições macroeconômicas e nos comportamentos da contraparte que podem, acima e além da revisão do rating de crédito, seja um sinal de deterioração do risco de crédito. Se, após uma revisão, uma contraparte for considerada “sensível”, todos os contratos entre o Grupo e está contraparte são transferidos para a Fase 2 e a imparidade e provisões relacionadas são aumentadas até as perdas de crédito esperadas ao longo da vida. Uma vez que uma contraparte tenha sido colocada em uma lista de observação, todas as novas transações originadas com essa contraparte são registradas na etapa 1.

(b.2) A magnitude da alteração na classificação de crédito de uma contraparte

Essa magnitude é avaliada de contrato para contrato, a partir da data de seu reconhecimento inicial até a data do balanço. Para determinar se uma deterioração ou melhoria na classificação de crédito entre a data inicial e a data do balanço é suficientemente significativa para provocar uma alteração nos limiares são definidos uma vez por ano pela Divisão de Risco. Esses limites de transferência entre o Estágio 1 e o Estágio 2 são determinados para cada carteira homogênea de contratos (noção de segmento de risco) e são calculados com base nas curvas de probabilidade de default para cada uma. Os limiares são, portanto, diferenciada com base na probabilidade de um ano de curvas default; isso pressupõe

Banco Société Générale Brasil S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

Em milhares de reais

que não há distorção com em relação a qualquer comparação feita com as curvas de probabilidade de inadimplência ao longo da vida.

(b.3) A existência de pagamentos com mais de 30 dias de atraso

Há uma presunção refutável de uma deterioração significativa no risco de crédito quando um pagamento sobre um ativo é mais de 30 dias em atraso. Quando qualquer um desses três critérios for atendido, o instrumento é transferido do Estágio 1 para o Estágio 2, e as imparidades ou provisões relacionadas são ajustadas em conformidade.

Os dois primeiros critérios são simétricos: uma melhoria suficiente na classificação de crédito ou a remoção da lista de contrapartes sensíveis, resulta num retorno à Fase 1.

(b) Exposições classificadas na etapa 3

Para identificar as exposições do Estágio 3 (exposições duvidosas), o Grupo determina se há evidência de imparidade (evento de incumprimento):

- uma deterioração significativa na situação financeira da contraparte cria uma forte probabilidade de não cumprir todos os seus compromissos e, portanto, representar um risco de perda para o Grupo;
- concessões são concedidas às cláusulas do contrato de empréstimo, à luz das condições financeiras do mutuário. Dificuldades que não teriam sido concedidas em outras circunstâncias;
- pagamentos vencidos há mais de 90 dias (com exceção dos empréstimos reestruturados durante o período de período, que são considerados sujeitos a imparidade a partir do primeiro pagamento não pago), procedimento é instigado;
- ou, mesmo na ausência de falta de pagamento, a existência de risco de crédito provável ou processo litigioso (falência, liquidação judicial ou liquidação compulsória).

O Grupo aplica o princípio de contágio para todas as exposições da contraparte em atraso.

Quando um devedor pertence a um grupo, o princípio de contágio também pode ser aplicado a todos as exposições do grupo.

No caso de um retorno na Fase 2, as exposições são mantidas na Fase 2 durante um período de estágio antes de avaliar se eles poderiam ser transferidos na Fase 1. Este período de estágio na Fase 2 é de seis meses a dois anos, de acordo com a natureza da carteira de riscos a que pertencem as exposições.

2.16. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição. O custo de um ativo intangível adquirido em uma combinação de negócios corresponde ao seu valor justo na data da aquisição.

Intangíveis com vida útil definida são amortizados utilizando-se o método linear pela vida útil do respectivo ativo. Apesar de sujeito a amortização, estes ativos são revisados para a verificação de deterioração sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Intangíveis com vida útil indefinida, como o ágio, não são amortizados. No entanto, é realizado um teste de redução ao valor recuperável no mínimo a cada data base da demonstração do balanço patrimonial e sempre que houver evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável da respectiva classe de ativos. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado do exercício, na extensão da diferença entre o valor contábil e o valor recuperável, conforme descrito no item 2.19. desta nota explicativa.

O Banco Société Générale utiliza o modelo de avaliação através ao valor recuperável do ativo, que é representado pelo fluxo de caixa esperado pelo uso contínuo do ativo descontado ao valor presente.

2.17. Ativos não correntes mantidos para a venda e operações descontinuadas

São considerados como tal os ativos não correntes que terão seu valor contábil recuperado através de venda e não pelo seu uso contínuo.

Para que sejam classificados como mantidos para a venda, o ativo deve:

- Estar prontamente disponível para a venda imediata;

Banco Société Générale Brasil S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

Em milhares de reais

- Ter sua venda altamente provável, ou seja, deve haver um plano formal para sua alienação;
- A entidade iniciar um programa para a localização de um comprador e concluir a venda;
- Ser ativamente negociado a um preço que seja uma aproximação razoável do seu valor justo;
- Ter sua venda prevista para o prazo de um ano.

Ativos não correntes mantidos para venda incluem o valor contábil de veículos ou outros ativos não circulantes recebidos pelas entidades em liquidação total ou parcial das obrigações de pagamento de seus devedores através da execução de leilões na qual ocorrem normalmente em até um ano. Ativos não correntes mantidos para venda são geralmente mensurados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil na data em que forem classificados nessa categoria. Ativos não correntes mantidos para venda não são depreciados, desde que permaneçam nessa categoria.

Perdas decorrentes da redução de seu valor contábil para o valor justo menos custos de vender são reconhecidos na demonstração do resultado em "Outras receitas (despesas) operacionais".

Um grupo de alienação se qualifica como operação descontinuada se representar um componente de uma entidade que foi alienado ou classificado como mantido para venda, e:

- Representar uma importante linha em separado de negócios ou área geográfica de operações;
- For parte de um único plano coordenado para alienar uma importante linha de negócios ou área geográfica de operações;
- For uma controlada adquirida exclusivamente com o objetivo de venda.

Operações descontinuadas são excluídas dos resultados de operações contínuas, sendo apresentadas como um único valor no resultado após os impostos a partir de operações descontinuadas na demonstração do resultado.

Divulgações adicionais são apresentadas em nota específica. Todas as demais notas às demonstrações financeiras incluem valores para operações contínuas, a menos que mencionado de outra forma.

2.18. Ativo imobilizado

Os bens do Ativo Imobilizado correspondem aos bens e direitos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da entidade.

O imobilizado está demonstrado pelo custo histórico deduzidos da depreciação. O custo histórico inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção dos bens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável a geração de benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são reconhecidos no resultado do exercício como despesas operacionais, quando incorridos.

A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

- Edificações: vinte e cinco anos;
- Móveis, utensílios e equipamentos: dez anos;
- Sistema de processamento de dados: cinco anos.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para a verificação de perda por redução ao valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. O valor recuperável é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos

Banco Société Générale Brasil S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS  S DEMONSTRA  ES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

Em milhares de reais

de venda e o valor em uso.

Os ganhos e as perdas de aliena  es são determinados pela compara  o dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais" na demonstra  o do resultado.

2.19. Redu  o ao valor recuperável de ativos não-financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não são sujeitos   amortiza  o e são testados anualmente para a verifica  o da existência de perdas por redu  o ao valor recuperável.

Os ativos que são sujeitos   amortiza  o são revisados para a verifica  o de deteriora  o sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda pela redu  o ao valor recuperável é reconhecida pelo excesso do valor contábil do ativo sobre seu valor recuperável. Este último é o maior valor entre o valor justo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avalia  o da perda pela redu  o ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)).

Os ativos não-financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido uma perda pela redu  o ao valor recuperável, são revisados para a análise de uma possível reversão da perda pela redu  o ao valor recuperável na data de apresenta  o da demonstra  o do balanço patrimonial.

2.20. Opera  es de arrendamento mercantil

O Banco Société Générale participa no mercado de arrendamento mercantil tanto como arrendador como arrendatário. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. No caso dos arrendamentos em que a parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendatário, os arrendamentos são classificados como arrendamento financeiro e apresentados no balanço patrimonial na rubrica "empréstimos e adiantamentos a clientes".

Como arrendatário, as opera  es realizadas pelo Banco Société Générale são substancialmente classificadas como arrendamentos operacionais. Sendo as despesas reconhecidas na demonstra  o do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento. Nos casos de opera  es classificadas como arrendamentos financeiros, são reconhecidos os ativos e passivos na demonstra  o do balanço patrimonial pelos valores equivalentes ao valor justo do bem arrendado, os pagamentos mínimos do arrendamento financeiro são distribuídos entre o encargo financeiro e a redu  o do passivo pendente e os ativos são depreciados.

Quando um arrendamento operacional é terminado antes de expira  o do período de arrendamento qualquer pagamento a ser efetuado ao arrendador sob a forma de multa é reconhecido como despesa no período em que a termina  o ocorre.

Como arrendador, o Banco Société Générale possui, através de sua controlada Société Générale Leasing, contratos de leasing operacional e financeiro e apresentados no balanço patrimonial na rubrica "Empréstimos e adiantamentos a clientes".

Em 01 de janeiro de 2019 foi implantado o IFRS 16 em substitui  o ao IAS 17 que trata sobre a nova norma de arrendamento mercantil. O objetivo geral da norma foi aumentar a transparência e a comparabilidade entre as entidades ao reconhecer os ativos e passivos relacionados ao leasing no balanço patrimonial e   divulga  o das informa  es-chave sobre os contratos de arrendamento mercantil.

A norma suprime a contabiliza  o de arrendamento operacional para o arrendatário, mostrando um único modelo de arrendamento que consiste em:

- (a) reconhecer os arrendamentos com prazo maior que 12 meses e de valores substanciais;
- (b) reconhecer inicialmente o arrendamento no ativo e passivo a valor presente; e
- (c) reconhecer a deprecia  o e os juros do arrendamento separadamente no resultado.

2.20.1. Concessão de arrendamento mercantil financeiro

Banco Société Générale Brasil S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

Em milhares de reais

O reconhecimento inicial dos ativos mantidos em um arrendamento financeiro na demonstração do balanço patrimonial é realizada na conta de “Empréstimos e recebíveis” a um valor equivalente ao investimento líquido do arrendamento.

Os custos diretos iniciais são geralmente incorridos pelo Banco Société Générale e incluídos na mensuração inicial do recebível do arrendamento, reduzindo o valor da renda reconhecida pelo prazo do arrendamento. Tais custos iniciais incluem valores de comissões, honorários legais e custos internos. Os custos incorridos com relação à negociação, estruturação e vendas de arrendamento mercantis são excluídos da definição de custos diretos iniciais e, desta forma, são reconhecidos como despesa quando do reconhecimento do lucro da venda do arrendamento. O lucro da venda é reconhecido no início do prazo do arrendamento.

O reconhecimento da receita financeira reflete a taxa de retorno constante sobre o investimento líquido do Banco Société Générale.

Os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto do arrendador no arrendamento, são revisados regularmente. Caso ocorra redução no valor residual não garantido estimado, a alocação da receita pelo prazo do arrendamento é revisada e qualquer redução em relação aos valores acumulados é reconhecida imediatamente.

2.20.2. Concessão de arrendamento mercantil operacional

A contabilização dos ativos mantidos em um arrendamento operacional na demonstração da posição financeira é realizada nas contas do ativo de acordo com a natureza do bem arrendado.

Os custos diretos iniciais incorridos pelo Banco Société Générale são adicionados ao valor contábil do ativo arrendado e reconhecidos como despesa, pelo prazo do arrendamento e na mesma base do reconhecimento da receita.

A renda do arrendamento é reconhecida pelo método linear, pelo prazo do arrendamento, mesmo que os recebimentos não estejam na mesma base. Os custos, incluindo a depreciação, incorridos da realização da receita, são reconhecidos como despesa.

A política de depreciação para ativos arrendados depreciables é consistente com a política de depreciação utilizada pelo Banco Société Générale para ativos similares.

2.21. Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos pela IAS 37 “Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes”:

- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- Provisões - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos contingentes - classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos, são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação; e
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se a demandas administrativas ou judiciais em que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos, independentemente de avaliação de risco de desfecho de causa, são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação vigente.
- Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem a dedução das provisões para riscos, em atendimento às normas do BACEN.

Banco Société Générale Brasil S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS   S DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

Em milhares de reais

2.22. Imposto de renda e contribui  o social - corrente e diferido

As despesas fiscais do exercício compreendem imposto de renda e contribui  o social corrente e diferido ("imposto sobre a renda"). O imposto sobre a renda é reconhecido na demonstra  o do resultado, exceto na propor  o em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

A provisão para imposto de renda    constituída com base nos rendimentos tributáveis    alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual tributável excedente a R\$ 240. A contribui  o social sobre o lucro foi calculada até junho de 2021, considerando a alíquota de 20% para o Banco e 15% para a Leasing. Para o período entre julho e dezembro de 2021 a alíquota da contribui  o foi calculada sob a alíquota de 25% para o Banco e 20% para a Leasing, conforme lei n   14.183, publicada em 14 de julho de 2021.

O imposto de renda e contribui  o social decorrentes de diferenças entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis são diferidos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribui  o social e diferenças temporárias são reconhecidos somente se há expectativa de que serão realizados com a gera  o de lucros tributáveis estimados.

2.23. Capta  es com bancos e outros recursos

São reconhecidos, de início, pelo valor justo, líquido dos custos da transa  o incorridos e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transa  o) e o valor de resgate é reconhecido na demonstra  o do resultado do período de vigência destes instrumentos, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

2.24. Pagamentos baseado em a  es

O Banco Société Générale tem dois programas de pagamento baseado em a  es para os seus diretores e funcionários, onde a empresa recebe os serviços prestados e como contraprest  o outorga às partes opções de compra de a  es do Banco Société Générale ou direitos de subscri  o de a  es a um preço de referência, aplicado um desconto percentual. Nos dois programas, os instrumentos de capital outorgados aos funcionários são com base nas a  es da matriz. Os detalhes em rela  o aos dois programas estão descritos na nota explicativa n   32 - "Plano de pagamento baseado em a  es".

2.25 Benefícios a empregados

(a) Benefícios de curto prazo e longo prazo

Os benefícios de curto prazo são aqueles a serem pagos dentro de doze meses. Os benefícios que compõem esta categoria são s  l  rios, contribui  es para o Instituto Nacional de Seguridade Social, ausências de curto prazo, participa  o nos resultados e benefícios não monetários. Esses benefícios são reconhecidos dentro do período de competência.

O Banco não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho além daqueles estabelecidos pelo sindicato da categoria.

(b) Benefícios rescisórios

Os benefícios de rescisão são exigíveis quando o contrato de trabalho    rescindido antes da data normal de aposentadoria. O Banco disponibiliza assistência médica aos seus funcionários, conforme estabelecido pelo sindicato da categoria, como forma de benefício rescisório.

(c) Participa  o nos lucros

O Banco reconhece uma provisão para pagamento e uma despesa de participa  o nos resultados (apresentado na conta "Despesas com pessoal" na demonstra  o do resultado conforme condi  es estabelecidas pelo sindicato da categoria.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As demonstrações financeiras consolidadas são influenciadas pelas políticas contábeis, premissas, estimativas e julgamentos da Administração. As estimativas e premissas que impactos das informações contábeis e são aplicadas de forma consistente entre os exercícios. Eventuais mudanças na apuração das estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente e consistentemente nos exercícios subsequentes.

As estimativas e premissas requeridas em conformidade com as IFRS são as melhores estimativas disponíveis e em acordo com as regras aplicáveis. Estimativas e julgamentos são avaliados em bases contínuas, e baseadas nas experiências passadas e outros fatores, incluindo expectativas que consideram os eventos futuros, quando aplicável e permitido pelas normas contábeis.

Políticas contábeis e o julgamento da Administração para certos itens são especialmente críticos para o resultado.

(a) Perdas por redução ao valor recuperável em empréstimos e recebíveis

Segundo o IFRS, com base na orientação fornecida pela IFRS 9 o cálculo de provisão de perdas de crédito esperadas do Banco Societe é efetuado de forma centralizada pelo sistema global na França.

Os ativos estão sistematicamente sujeitos a imparidade ou provisões para perdas de crédito esperadas. Essas imparidades e provisões são reconhecidas à medida que os empréstimos são concedidos, os compromissos assumidos, ou adquiridos, sem esperar pela ocorrência de uma evidência objetiva de imparidade.

Para determinar o montante de imparidade ou provisão a registrar em cada data de balanço, estas exposições são divididas em três categorias com base no aumento do risco de crédito observado desde o reconhecimento inicial. Uma provisão ou imparidade deve ser reconhecida para os riscos em cada categoria conforme descrito na nota 2.15.

(b) Valor justo de instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo no balanço patrimonial incluem principalmente valores mobiliários classificados como de ativos financeiros mantidos para negociação, inclusive derivativos; outros ativos financeiros designados ao valor justo e ativos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes.

Os instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial são agrupados nos níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo, conforme demonstrado abaixo:

- Nível 1 – Baseado em dados observáveis de mercado, tais com preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2 – Baseado em outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).
- Nível 3 – Baseado em técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis) para os quais, são seguidos basicamente os critérios e processos adotados pelo Grupo SG Brasil:

Opções e produtos não lineares - A precificação de opções com barreira de ouro, ações ou mercadorias é registrado no EPROM, um sistema de reservas global usado no SG.

O sistema EPROM usa uma biblioteca preços conhecida com PKL. Os dados de mercado que alimentam o modelo de preço são obtidos da Bloomberg (ou Reuters) através de um sistema interno central chamado MSD. Metodologia de apreçamento-PKL é a biblioteca de preços utilizada por Eprom para fins de avaliação. Vários métodos numéricos e modelos estão disponíveis no PKL e podem ser escolhidos dentro do EPROM, dependendo do produto.

Modelo de pricing - Vários modelos de precificação estão disponíveis no PKL. Para derivativos de taxas de juros, o precificador pode usar os modelos: Ho&Lee, Hull&White, Hunt&Kennedy. Quanto aos derivativos de ações, os modelos disponíveis são: Black & Scholes, modelo de volatilidade local e de modelos de volatilidade estocástica. O preço das opções com barreiras são calculados utilizando-se taxas de juros determinísticas e modelo de volatilidade local (também conhecida como Dupire ou $\sigma(S, T)$) uma vez que os índices de ouro,

Banco Société Générale Brasil S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020**

Em milhares de reais

cesta de ações e commodities se comportam como um ativo de ação. O modelo de Dupire tem como objetivo ajustar a matriz de volatilidade implícita do mercado para todas as opções vanilla negociadas.

Dados de mercado - Os dados de mercado são retirados de um sistema interno chamado MSD, alimentado pela Bloomberg ou a Reuters. Os principais dados de mercado utilizados consistem em: curva de taxas de juros, taxas de recompra (repo rates) e matrizes de volatilidade implícita.

	2021	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros ao valor justo através do resultado	(309.393)	30.143	(245.331)	(94.205)
Títulos e valores mobiliários	(309.393)	30.143	(245.331)	(94.205)
Carteira própria	30.143	30.143	-	-
LFT	1.280	1.280	-	-
LTN	3.129	3.129	-	-
NTN	25.734	25.734	-	-
Derivativos (passivo líquido de ativo)	(339.536)	-	(245.331)	(94.205)
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	476.361	476.361	-	-
Títulos e valores mobiliários	476.361	476.361	-	-
DEBÊNTURES	242.393	242.393	-	-
LTN	233.968	233.968	-	-
Ativos dados em garantia	598.481	598.481	-	-
Ativos financeiros ao valor justo através do resultado	494	494	-	-
LFT	494	494	-	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	597.987	597.987	-	-
LTN	561.366	561.366	-	-
COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO	36.621	36.621	-	-
Passivos financeiros ao valor justo através do resultado	(6.289)	(6.289)	-	-
Captação mercado aberto	(6.289)	(6.289)	-	-
NTN	(6.289)	(6.289)	-	-
Total	759.160	1.098.696	(245.331)	(94.205)
	2020	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros ao valor justo através do resultado	(650.835)	93.237	(710.907)	(33.947)
Títulos e valores mobiliários	(650.835)	93.237	(710.907)	(33.947)
Carteira própria	93.237	93.237	-	-
LFT	6.062	6.062	-	-
LTN	1.233	1.233	-	-
NTN	85.942	85.942	-	-
Derivativos (passivo líquido de ativo)	(744.072)	-	(710.907)	(33.947)
Ativos dados em garantia	876.276	876.276	-	-
Ativos financeiros ao valor justo através do resultado	35.073	35.073	-	-
LTN	6.815	6.815	-	-
LFT	5.078	5.078	-	-
NTN	23.180	23.180	-	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	841.203	841.203	-	-
LFT	773.650	773.650	-	-
LTN	34.987	34.987	-	-
COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO	32.566	32.566	-	-
Passivos financeiros ao valor justo através do resultado	(9.909)	(9.909)	-	-
Captação mercado aberto	(9.909)	(9.909)	-	-
LTN	(4.187)	(4.187)	-	-
NTN	(5.722)	(5.722)	-	-
Total	215.532	959.604	(710.907)	(33.947)

(c) Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes

Banco Société Générale Brasil S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

Em milhares de reais

O Société Générale revisa seus instrumentos de dívida classificados como investimentos ao valor justo através de outros resultados abrangentes mensalmente para avaliar se eles estão designados para redução ao valor recuperável seguindo os critérios do IFRS 9 conforme descrito na nota 2.15.

(d) Provisões

São reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras, enquanto aqueles classificados como perda remota não são passíveis de provisão nem divulgação.

4. Gestão de riscos financeiros críticos

O nível de risco aceitável na condução dos negócios é definido pela Alta Administração do Banco Société Générale em conjunto com a matriz em Paris. Os diferentes tipos de risco são formalmente identificados e permanentemente monitorados por unidades especializadas, independentes das unidades de negócio. Essas unidades garantem que a exposição não ultrapasse os limites e critérios preestabelecidos e reportam a exposição e eventuais excessos à Alta Administração. A avaliação de todos os riscos é parte integrante da tomada de qualquer decisão estratégica no Banco Société Générale, sendo a estrutura de análise composta pela Alta Administração e comitês que atuam nos seguintes tipos de riscos:

- Risco de crédito;
- Risco de mercado;
- Risco de liquidez;
- Risco operacional; e
- Risco de capital.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração composta por diretores estatutários é o órgão responsável pela identificação e controle de riscos, porém, existem outros órgãos independentes que são responsáveis pela administração e monitoramento dos riscos.

4.1. Risco de crédito

O Banco Société Générale está exposto ao risco de crédito, que é o risco pelo qual uma contraparte causa perda financeira ao falhar na liquidação de uma obrigação. Mudanças significativas na economia ou na saúde financeira de um segmento específico da indústria que represente uma concentração da carteira de investimentos mantida pelo Banco Société Générale podem resultar em perdas que são diferentes daquelas provisionadas na data do balanço patrimonial. Portanto, a Administração controla cuidadosamente a exposição ao risco de crédito. Há também o risco de crédito em acordos financeiros não registrados no balanço patrimonial, como compromissos de empréstimo ou prestação de garantias financeiras, avais e fianças. O controle e a gestão dos riscos de crédito são realizados por departamento especializado conforme segmentação do mercado em que o risco se insere: Corporate & Investment Bank e Serviços Financeiros Especializados – Arrendamento Mercantil. Por meio do superintendente responsável por cada segmento de mercado, são endereçadas matérias para apreciação pelo respectivo Comitê de Crédito. As alçadas locais são definidas pela Matriz. Quando necessário, as decisões dos comitês locais são encaminhadas para aprovação da Matriz.

O modelo global do Banco Société Générale é monitorado pelo Regulador francês, estando em conformidade com os requisitos do Acordo de Basiléia II. Além disto, existe a confrontação do rating proposto com o atribuído pelas agências externas e a análise julgamental que também leva em consideração aspectos setorial antes da atribuição final do rating. Os responsáveis pela atribuição e gestão de risco de crédito no Brasil atuam independentemente e reportam-se a áreas especializadas na Matriz.

As operações de Arrendamento Mercantil (sob responsabilidade da Société Générale Leasing) são concedidas após

Banco Société Générale Brasil S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

Em milhares de reais

apreciação de cada operação pelo Comitê de Crédito específico com base em avaliações quantitativas e qualitativas feitas em modelos próprios para cada empresa pretendente de operação de arrendamento mercantil no âmbito de grupo econômico. As decisões são tomadas por unanimidade de opiniões, cabendo direito de veto exclusivamente à Superintendência da controlada SG Equipment Finance S.A.-Arrendamento Mercantil. O Brasil conta com uma alçada para aprovação das operações de acordo com matriz de prazos e valores e que cobre parte significativa das operações. Excedida a alçada local, as operações são submetidas à aprovação da área de riscos da matriz em Paris.

No Atacado, os limites são estabelecidos após análise detalhada da contraparte e da estrutura da operação. Os critérios utilizados envolvem uma avaliação ampla dos riscos apresentados, dos níveis de concentração atingidos e dos fundamentos lógicos da solicitação. O rating da contraparte é proposto e monitorado numa ferramenta chamada NOVA, que atende os requisitos de Basileia II. A alçada para aprovação de crédito é centralizada em uma unidade independente da área de negócio, responsável por monitoração de risco do conglomerado.

4.1.1. Mensuração do risco de crédito

(a) Empréstimos e adiantamentos a clientes e a instituições financeiras

Ao mensurar o risco de crédito dos empréstimos e adiantamentos, o Banco Société Générale considera três componentes com relação à contraparte (i) a probabilidade de inadimplência por parte do cliente ou contraparte com respeito às suas obrigações contratuais; (ii) as exposições atuais com a contraparte e seu provável desenvolvimento futuro, a partir das quais se identifica a exposição à inadimplência; e (iii) o provável índice de recuperação das obrigações não cumpridas (perdas por inadimplência).

(i) O Banco Société Générale avalia a probabilidade de inadimplência de contrapartes individualmente, por meio de ferramentas de classificação projetadas para diferentes categorias de contrapartes. Essas ferramentas, que foram desenvolvidas internamente e combinam análise estatística com a opinião da equipe de crédito, são validadas, quando apropriado, através da comparação com dados externos disponíveis. A escala de classificação do grupo reflete as várias probabilidades de inadimplência para cada categoria. Isto significa que, em princípio, as exposições migram entre as categorias e a avaliação da probabilidade de inadimplência também muda. As ferramentas de classificação são mantidas sob análise e atualizadas quando necessário. Regularmente, o Banco Société Générale valida o desempenho da classificação e de seu poder de previsão com relação a eventos de inadimplência.

O Banco Société Générale usa classificação externa, quando possível, para parametrizar sua avaliação interna de risco de crédito. A inadimplência observada por categoria varia de exercício para exercício, especialmente ao longo de um ciclo econômico.

(ii) A exposição à inadimplência baseia-se nos valores que podem ser devidos ao Banco Société Générale no momento da inadimplência. Por exemplo, no caso de um empréstimo ou adiantamento, é o valor nominal. Nos compromissos de empréstimos ou adiantamentos, são incluídas todas as quantias sacadas, além do valor que poderá ter sido retirado no momento da inadimplência, se esta vier a ocorrer.

(iii) Perda por inadimplência ou severidade da perda representa a expectativa do Banco Société Générale com relação ao montante da perda estabelecido por uma ação, se a inadimplência ocorrer. Este montante é expresso como perda percentual por unidade de exposição e normalmente varia de acordo com a categoria da contraparte, com o tipo e o nível da ação e com a disponibilidade de garantias ou outras formas de mitigação de crédito.

4.1.2. Controle do limite de risco e políticas de mitigação

O Banco Société Générale administra, limita e controla concentrações de risco de crédito sempre que estas são identificadas, particularmente, em relação a contrapartes e grupos individuais e quanto a indústrias e países. Com base nas definições da Política de Crédito no Brasil, derivadas da política global, são estruturados os níveis de risco máximos, estabelecendo-se limites sobre a extensão de risco aceitável com relação a um devedor específico e a grupos de devedores. Esses riscos são monitorados rotativamente e sujeitos a revisões anuais ou mais frequentes, quando necessário. Os limites sobre o nível de risco de crédito por produto e setor da indústria são aprovados pela Diretoria de Gestão de Riscos na matriz.

A exposição a qualquer tomador de empréstimo ou adiantamento é adicionalmente restrita por sub-limites que cobrem exposições registradas e não registradas no balanço patrimonial. As exposições reais de acordo com os limites estabelecidos são monitoradas periodicamente.

Banco Société Générale Brasil S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

Em milhares de reais

A exposição ao risco de crédito é também administrada através de análise regular dos tomadores de empréstimos e adiantamentos, efetivos e potenciais, quanto aos pagamentos do principal e dos juros e da alteração do limite quando apropriado.

Outras medidas específicas de controle e mitigação são descritas abaixo.

(a) Garantias

O Banco Société Générale emprega uma variedade de políticas e práticas destinadas a mitigar o risco de crédito. A mais tradicional dessas medidas é a tomada de garantias sobre a liberação de recursos, que é uma prática comum. O Banco Société Générale implementa orientações sobre a aceitação de classes específicas de garantias ou mitigação do risco de crédito. Os principais tipos de garantias diretas e indiretas para empréstimos e adiantamentos são:

Garantias financeiras;

Garantias fiduciárias; e

Garantias reais.

Para minimizar as perdas relativas ao risco de crédito, o Banco Société Générale buscará garantias adicionais com a contraparte assim que houver indicadores de perdas por redução ao valor recuperável com relação a empréstimos e adiantamentos individuais relevantes.

Garantias para ativos financeiros, exceto empréstimos e adiantamentos, são determinadas pela natureza do instrumento.

(b) Derivativos

O Banco Société Générale mantém limites de controle sobre a posição líquida de derivativos abertos (ou seja, a diferença entre contratos de compra e venda), tanto por valor como por prazo. Em qualquer momento, o valor sujeito ao risco de crédito é limitado ao valor justo atual de instrumentos que são favoráveis ao Banco Société Générale (isto é, ativos com valor justo positivo), sendo que em relação aos derivativos é apenas uma pequena fração do contrato; ou valores nominais são usados para expressar o volume de instrumentos em aberto. Esta exposição ao risco de crédito é administrada como parte dos limites gerais para empréstimo a clientes, juntamente com as exposições potenciais causadas pelas movimentações do mercado. Normalmente, garantias não são obtidas para exposições ao risco de crédito sobre estes instrumentos, exceto quando o Banco Société Générale exige depósitos de margem das contrapartes.

(c) Compromissos de crédito (off balance)

Compromissos para extensão de crédito representam porções não utilizadas de autorizações para concessão de crédito na forma de empréstimos e adiantamentos, garantias ou letras de crédito. Com relação ao risco de crédito em compromissos de extensão de crédito, o Banco Société Générale está potencialmente exposto a perdas em montantes iguais ao total de compromissos não utilizados. No entanto, o valor provável de perda é igual ou menor que o total de compromissos não utilizados, uma vez que a maioria dos compromissos depende de que os clientes mantenham padrões de crédito específicos. O Banco Société Générale monitora o vencimento dos compromissos de crédito porque os compromissos de longo prazo em geral oferecem um grau de risco de crédito maior do que os compromissos de curto prazo.

4.1.3. Políticas de perdas por redução ao valor recuperável e provisionamento

Os sistemas de classificação interno descritos no item 4.1.1. desta nota explicativa dão mais ênfase ao mapeamento da qualidade de crédito do que às atividades iniciais de empréstimos e investimento. Em contraste, as provisões para perda pela redução ao valor recuperável são reconhecidas para fins de elaboração de relatórios financeiros baseado nas normas do IFRS 9 conforme descrito na nota 2.15.

A provisão para perda, incluindo a redução do valor recuperável estimado, é derivada da metodologia de risco aplicada a grupos homogêneos de exposição ao risco. Para isso a carteira de crédito de cada entidade é segregada primariamente por tipo de produto, uma vez que cada portfólio apresenta um comportamento diferenciado identificável na janela de observação.

Cada carteira homogênea é segregada por faixa de risco atribuível pelos dias em atraso, verificável individualmente, e

Banco Société Générale Brasil S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

Em milhares de reais

divididas em dois grupos para alocação da provisão, sendo: (i) Provisão Específica e (ii) Provisão Coletiva

(i) A Provisão Específica é atribuída aos clientes na situação de default representado pelas categorias 'duvidosa' e 'não performada'.

Na categoria 'duvidosa' são classificados os clientes onde exista evidência objetiva de não honrar as parcelas. Para essa categoria, a evidência objetiva é representada pelo atraso em três parcelas, ou cujo contrato renegociado possua parcela vencida há mais de 30 dias. Nessa categoria estão registrados o capital emprestado e os juros incorridos até a data de balanço.

Na categoria 'não performada' estão classificados aqueles contratos que já se encontram com parcelas em atraso superior a 180 dias, e, estão registrados no balanço pelo capital emprestado e os juros incorridos até 180 dias de atraso.

(ii) A Provisão Coletiva refere-se aos empréstimos que existe uma evidência objetiva identificável, mas não está coberto pela Provisão Específica. Nesse caso, a evidência objetiva é representada pelo atraso de uma ou duas parcelas, mas que não requer que seja marcado como duvidoso.

O montante de provisão a ser constituído deve satisfazer a probabilidade de perda relacionada ao risco exposto. A provisão corresponde à diferença entre o valor contábil do empréstimo e o valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros descontados pela taxa efetiva de juros. No caso dos contratos massificados, considerando ser uma quantidade grande de contratos com baixo valor unitário e com características similares, utilizam-se os modelos estatísticos sobre o montante recuperado dos contratos classificados em default e o ritmo dessa recuperação apresentado na janela de observação.

As Provisões, Específica e Coletiva, consideram em seu modelo estatístico duas matrizes sendo:

a) Matriz de passagem – representando a probabilidade para os contratos (contratos em default para Provisão Específica, contratos com uma ou duas parcelas de atraso para a Provisão Coletiva) de passarem a 'não performados'.

b) Matriz de recuperação – representando a percentagem de recuperação dos contratos 'não performados' e seu prazo da recuperação.

A provisão para perda pela redução ao valor recuperável no balanço patrimonial do final do exercício é derivada das classificações de nível de risco.

Os critérios de classificação auxiliam o Banco Société Générale a determinar a evidência objetiva de perdas por redução ao valor recuperável com base nos seguintes critérios estabelecidos:

Inadimplência nos pagamentos de principal ou juros;

- Dificuldades financeiras do devedor (por exemplo, índice patrimonial, porcentagem da receita líquida de vendas);
- Violação de cláusulas ou termos de empréstimos;
- Início de processo de falência;
- Deterioração da posição competitiva do devedor;
- Deterioração do valor da garantia;
- Redução abaixo do nível do investimento.

4.1.4. Exposição máxima ao risco de crédito antes das garantias ou de outras melhorias de crédito

A tabela representa o pior cenário de exposição ao risco de crédito para o Banco Société Générale em 31 de dezembro 2021 e de 2020, sem considerar qualquer garantia ou outras melhorias de crédito agregadas. Para ativos registrados no balanço patrimonial, as exposições descritas abaixo são baseadas em valores contábeis líquidos, conforme reportados no balanço patrimonial.

Banco Société Générale Brasil S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020**

Em milhares de reais

	2021	2020
Equivalentes de caixa (ne. 5)	1.431.162	4.726.997
Ativos financeiros ao valor justo através do resultado	375.894	388.425
Títulos e valores mobiliários (ne. 6.a)	30.637	128.309
Derivativos (não instrumento de hedge) (ne. 6)	345.257	260.116
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	1.074.348	841.203
Títulos e valores mobiliários (ne. 7)	1.074.348	841.203
Empréstimos e recebíveis	3.921.202	3.115.328
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras (ne. 8.a)	2.427.489	636.328
Empréstimos e adiantamentos a clientes (ne. 8.b)	1.493.713	2.479.000
Garantias prestadas (off balance) (ne. 31)	877.991	740.861
Total	7.680.597	9.812.814

4.1.5. Empréstimos e adiantamentos a clientes ou a instituições financeiras

Os empréstimos e adiantamentos a clientes ou instituições financeiras estão resumidas abaixo:

	Empréstimos e títulos descontados		Financiamentos		Operações de arrendamento mercantil		Total	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Não vencidos nem sujeitos a perdas pela redução do valor recuperável	3.476.529	2.158.065	153.477	573.526	290.688	383.507	3.920.694	3.115.097
Vencidos mas não sujeitos a perdas por redução do valor recuperável	-	-	-	-	508	230	508	230
Valor bruto	3.476.529	2.158.065	153.477	573.526	291.196	383.737	3.921.202	3.115.327
Menos - provisão para perdas por redução do valor recuperável	(22.500)	(27.551)	(4.012)	(4.408)	(13.860)	(18.087)	(40.372)	(50.046)
Valor líquido	3.454.029	2.130.514	149.465	569.118	277.336	365.650	3.880.830	3.065.282

Empréstimos e adiantamentos a clientes ou instituições financeiras renegociados

As atividades de renegociação incluem acordos para extensão de pagamento, planos aprovados pela Administração, modificação e deferimento de pagamentos, e outros planos, quando aplicável. Após a renegociação, a conta de cliente anteriormente vencida, retoma à condição de normalidade, sendo administrada juntamente com outras contas similares. As políticas e práticas de renegociação são baseadas em indicadores ou critérios, que indiquem que os pagamentos muito provavelmente continuarão a ser efetuados. Essas políticas são mantidas sob contínua revisão. Renegociações são mais comumente aplicadas a empréstimos a prazo, particularmente a empréstimos e adiantamentos a clientes.

4.1.6. Títulos e valores mobiliários

A tabela abaixo apresenta uma análise dos títulos e valores mobiliários de acordo com a designação de classificação de risco:

Banco Société Générale Brasil S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020**

Em milhares de reais

	2021		2020	
	Ativos financeiros ao valor justo através do resultado	valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Ativos financeiros ao valor justo através do resultado	valor justo por meio de outros resultados abrangentes
Carteira própria:	30.143	476.361	93.236	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (i)	1.280	-	6.062	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN (i)	3.129	233.968	1.233	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN (i)	25.734	-	85.941	-
Debêntures	-	242.393	-	-
Vinculados à prestação de garantias:	494	597.987	35.073	841.203
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (i)	494	-	5.078	32.566
Letras do Tesouro Nacional - LTN (i)	-	561.366	6.815	773.650
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	23.180	-
Cotas de fundos de investimento	-	36.621	-	34.987
Total	30.637	1.074.348	128.309	841.203

(i) Rating BB- em 31 de dezembro de 2021 (BBB- em 31 de dezembro de 2020), conforme Standard & Poor's.

4.2. Risco de mercado

É o risco que consiste na possibilidade de ocorrência de perda resultante da oscilação de preços e taxas de mercado em função de descasamentos de prazos, moedas e indexadores nas posições detidas pelo Banco Société Générale. São classificadas como fonte de risco de mercado as operações sujeitas à variação das taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

As carteiras de investimento não designadas a valor justo através do resultado correspondem, basicamente, às operações de empréstimos e adiantamentos realizadas pelo Banco Société Générale, seus títulos públicos e títulos privados. Essa carteira inclui riscos de taxa de juros, índice de preços e câmbio.

As técnicas de mensuração utilizadas para medir e controlar o risco de mercado são descritas a seguir:

4.2.1. Técnicas de mensuração do risco de mercado**(a) Valor em Risco (Value at Risk)**

O VaR é uma estimativa baseada em estatística de perdas que podem ser ocasionadas à carteira atual de investimentos por mudanças adversas nas condições do mercado. Ele expressa o valor "máximo" que o Banco Société Générale pode perder, levando em conta um nível de confiança (99%). Existe, portanto, uma probabilidade estatística (100% - 99%) de que as perdas reais possam ser maiores do que a estimativa baseada no VaR. Este modelo pressupõe um "período de manutenção das posições" (1 dia). Além disto, pressupõe também que a movimentação ocorrida ao longo deste período seguirá um padrão similar ao das movimentações que tenham ocorrido ao longo de períodos de 260 dias úteis no passado, ou seja 1 ano. O VaR é utilizado para a mensuração de risco como, por exemplo, das operações financeiras da carteira de ativos financeiros a valor justo através do resultado sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas denominadas em real. Os limites estabelecidos são diariamente monitorados pela Área de Risco de Mercado do Banco Société Générale.

(b) Análise de Sensibilidade

A Análise de Sensibilidade visa mensurar o risco de mercado das operações financeiras da carteira de ativos financeiros a valor justo através do resultado sujeitas à variação das taxas de juros nacionais e internacionais. A análise consiste em verificar o quanto seu valor de mercado se altera no caso de oscilação de um basis-point (ou seja, 0,01%) na taxa de juros. Tal medida é internacionalmente conhecida, dentre outras denominações, por DV01 (dollar-value ou delta-value for one basis-point), PV01 ou PVBP (present value of a basis-point) ou Monetary Duration. Nos controles e relatórios de risco gerados diariamente pela área de Risco de Mercado do Banco Société Générale, a metodologia de "Análise de Sensibilidade" é aplicada considerando uma oscilação de 10 basis-point (isto é, 0,10%) nas taxas de juros locais e também nas taxas de juros internacionais. Para monitorar a conformidade em relação aos limites definidos, o resultado obtido a partir da aplicação do choque de 10 basis-points em cada fator de risco (ou seja, taxa de juros em reais e taxas de juros em moeda estrangeira) é comparado aos limites de sensibilidade pré-estabelecidos pela área de risco de mercado e aprovados pelo Comitê de Riscos de Mercado e Liquidez.

Banco Société Générale Brasil S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS  S DEMONSTRA  ES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

Em milhares de reais

(c) Testes de estresse

Com o objetivo de estimar a possível perda não contemplada pelo VaR, a área de Risco de Mercado do Banco Société Générale avalia diariamente os possíveis impactos nas posi  es em cenários extremos. O teste de estresse é uma ferramenta que busca quantificar o impacto negativo de choques e eventos econ micos que sejam desfavoráveis financeiramente às posi  es da institui  o.

No Banco Société Générale, o teste de estresse possui dois objetivos: delimitar o risco de uma atividade ou de um mercado específico e proporcionar uma visão do risco global e do risco por produto, para desta forma proteger o Grupo Société Générale de consequências desfavoráveis resultado de choques de mercado. Os cenários de teste de estresse consistem em cenários previamente definidos e revisados anualmente pela área de risco de mercado. São baseados em eventos históricos ou hipotéticos, que apresentam alguma possibilidade real de ocorrência.

4.2.2. Resumo das medidas de Risco de Mercado

(a) VaR Carteira de ativos financeiros a valor justo através do resultado

	2021	2020
Moeda	923	967
Juros Pós-fixados em Reais	57	10
Juros Pré-fixados em Reais	595	326
Juros em Moedas Estrangeiras	16.736	26.176
Juros Pós-fixados em Infla��o	36	41
VaR Total	18.347	27.520

(b) Análise de Sensibilidade e Teste de Estresse

	2021			2020		
	Médio	Alto	Baixo	Médio	Alto	Baixo
Risco de taxa de juros locais	(172)	(9.726)	3.853	205	24.171	(6.321)
Risco de taxa de juros internacionais	(287)	(2.792)	1.724	(233)	(2.468)	1.420
Risco Total	(459)	(12.518)	5.577	(28)	21.703	(4.901)

4.2.3. Risco de câmbio

O Banco Société Générale está exposto aos efeitos de flutua  o nas taxas de câmbio vigentes sobre sua situa  o financeira e seus fluxos de caixa. O risco de câmbio é monitorado diariamente através da apura  o da exposi  o cambial em moeda estrangeira. O Banco Société Générale controla a exposi  o a esse fator de risco através da atua  o nos mercados de derivativos cambiais.

A tabela abaixo resume a exposi  o do Banco Société Générale ao risco de taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2021 e de 2020. Na tabela estão incluídos os instrumentos financeiros ao valor de mercado, categorizados por moedas.

Concentra  es de risco de moeda - instrumentos financeiros registrados e não registrados no balanço patrimonial:

Banco Société Générale Brasil S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020**

Em milhares de reais

2021

	Dólar dos EUA	EURO	Iene	Libra Esterlina	Dólar Canadense	Outros	
Exposição Ativa	16.995.425	7.353.888	139.593	2.417	2.952	6.428	24.500.703
Exposição Passiva	(17.043.781)	(7.269.567)	(139.468)	-	(2.716)	(6.215)	(24.461.746)

2020

	Dólar dos EUA	Euro	Iene	Libra Esterlina	Dólar Canadense	Outros	Total
Exposição Ativa	18.681.392	6.188.941	268.889	908	221	110	25.140.461
Exposição Passiva	(18.713.237)	(6.194.229)	(274.389)	-	-	-	(25.181.855)

4.2.4. Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros em fluxos de caixa é o risco de que os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro variem como resultado de mudanças nas taxas de juros do mercado. O risco da taxa de juros sobre o valor justo é o risco de que o valor de um instrumento financeiro varie como resultado de mudanças nas taxas de juros do mercado. O Banco Société Générale se expõe aos efeitos de flutuações das taxas de juros vigentes no mercado tanto sobre o valor justo dos seus instrumentos financeiros, como sobre seus fluxos de caixa. As margens de juros podem variar em decorrência dessas flutuações, podendo resultar em perdas para a instituição. As áreas de Risco de Mercado em Paris, Nova Iorque e Brasil, juntamente com os membros do Comitê de Riscos de Mercado e Liquidez, estabelecem limites sobre o nível de descasamento de taxa de juros que pode ser assumido. A tabela abaixo resume a exposição do Banco Société Générale ao risco das taxas de juros e inclui os instrumentos financeiros ao seu valor justo, categorizados por vencimento.

	2021					
	Em até um mês	De um a três meses	De três a 12 meses	De um a dois anos	Mais de dois anos	Total
Juros em Moedas Estrangeiras	1	311	44	39	44	439
Juros indexados à Inflação	(2.846)	3.414	36	11	(6)	609

	2020					
	Em até um mês	De um a três meses	De três a 12 meses	De um a dois anos	Mais de dois anos	Total
Juros em Moedas Estrangeiras	4	(5.083)	3	(36)	41	(5.071)
Juros indexados à Inflação	(4.205)	4.407	(303)	106	(41)	(36)

4.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade do Banco Société Générale não possuir recursos financeiros suficientes para honrar seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

4.3.1. Processo de gestão do risco de liquidez

A gestão de liquidez visa precaver o Banco de possíveis movimentos de mercado que gerem problemas de liquidez. Nesse sentido, o banco monitora suas carteiras no que tange aos prazos, volumes e liquidez de seus ativos e passivos.

O Banco Société Générale envia frequentemente relatórios de risco de liquidez ao BACEN. Tal levantamento é realizado de forma gerencial e sua avaliação é realizada em bases mensais, sendo que, para cada levantamento, o risco de liquidez é avaliado para os trinta dias seguintes.

4.3.2. Fluxos de caixa

A tabela a seguir apresenta os fluxos de caixa a pagar e a receber de acordo com ativos e passivos financeiros, descritos pelo prazo de vencimento contratual remanescente à data do balanço patrimonial. Os valores divulgados nesta tabela representam os fluxos de caixa contratuais não descontados, cujo risco de liquidez é administrado com base nas entradas de caixa não descontadas esperadas:

Banco Société Générale Brasil S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020**

Em milhares de reais

31 de dezembro de 2021

	Faixa de Prazo				
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos
Ativos					
Ativos negociáveis em mercado ativo	200.689	244.254	45.290	909	15.362
Outras Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3.684.102	107.478	20.340	15.608	-
Valores vinculados	36.621	494	561.366	-	-
Carteira de crédito	464.777	7.140.626	2.927.039	156.269	27
Derivativos	94.955	89.977	88.458	70.588	1.278
Outros ativos	35.143	-	-	-	-
Total	4.516.287	7.582.829	3.642.493	243.374	16.667
Passivos					
Operações compromissadas	61.305	-	-	-	-
Depósitos interfinanceiros	-	-	-	-	-
Depósito à vista	11.068	-	-	-	-
Depósito a prazo	425	57.606	14.609	-	-
Obrigações por empréstimos	3.333.126	447.000	278.939	9.130	-
Derivativos	119.123	454.376	104.635	6.659	-
Outros passivos	23.265	663	-	-	-
Total	3.548.312	959.645	398.183	15.789	-
Diferença (ativo e passivo)	967.975	6.623.184	3.244.310	227.585	16.667

31 de dezembro de 2020

	Faixa de Prazo				
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos
Ativos					
Ativos negociáveis em mercado ativo	93.237	-	-	-	-
Outras Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.322.102	34.542	502	-	-
Valores vinculados	102.625	426.904	-	-	-
Carteira de crédito	464.777	767.753	681.184	67.295	1.707
Derivativos	76.573	75.583	-	-	-
Outros ativos	24.184	-	-	-	-
Total	6.083.498	1.304.782	681.686	67.295	1.707
Passivos					
Operações compromissadas	159.427	-	-	-	-
Depósitos interfinanceiros	3	107.784	-	-	-
Depósito à vista	32.737	-	-	-	-
Depósito a prazo	1.715	50.847	-	-	-
Obrigações por empréstimos	5.112.313	147.235	47.067	-	-
Derivativos	153.656	575.367	12.556	-	-
Outros passivos	23.862	-	-	-	-
Total	5.483.713	881.233	59.623	-	-
Diferença (ativo e passivo)	599.785	423.549	622.063	67.295	1.707

Os ativos disponíveis para cumprir todas as obrigações e cobrir os compromissos em aberto incluem caixa, títulos e valores mobiliários e empréstimos e adiantamentos. A Administração também poderia cobrir saídas de caixa inesperadas vendendo títulos e acessando fontes de recursos adicionais, tais como mercados lastreados em ativos.

4.4. Risco operacional**Definição**

Seguindo a definição do Banco Central do Brasil (Res.4557/17) e documentos de referência da Basiléia II, risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes direta ou indiretamente de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos, incluindo o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes de atividades desenvolvidas pela Instituição.

Banco Société Générale Brasil S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS   S DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

Em milhares de reais

No Grupo Société Générale, esta definição inclui risco de reputação/imagem, mas exclui risco de estratégia.

O Grupo Société Générale adotou as seguintes categorias para classificação do risco operacional:

1. Disputas comerciais;
2. Disputas com as autoridades;
3. Erros na avaliação de risco/determinação do preço;
4. Erros de execução;
5. Fraude e outras atividades criminais;
6. Negócios fraudulentos nos mercados de capital ("rogue trading")
7. Perda de capacidade/ambiente operacional;
8. Interrupção de sistemas.

O Société Générale identifica e monitora a sua exposição ao risco operacional através de vários instrumentos, compatíveis com a natureza, o volume e a complexidade de suas atividades, sendo eles:

- Auto Avaliação de Risco e Controle (RCSA), para analisar e classificar o risco associado às atividades de cada departamento, considerando os controles implantados para mitigação, de acordo com a metodologia global. Essa avaliação é realizada no mínimo anualmente e desencadeia planos de ações mitigantes a partir de um certo nível de exposição;
- Análise e gerenciamento dos riscos associados a contratação de serviços de terceiros;
- Análise sistemática de eventos operacionais e coleta de perdas;
- Monitoramento mensal dos indicadores de risco;
- Controles internos permanentes e periódicos (auditorias) com planos de ações corretivos;
- Controles de conformidade e de prevenção à lavagem de dinheiro, anti-suborno e corrupção, e sanções e embargos ("Compliance");
- Controles anti-fraude;
- Controles e treinamentos mandator  rios relacionados a Segurança da Informação e Segurança Cibernética;
- Plano de continuidade de negócios e gestão de crise;
- Comitê de novos produtos;
- Campanhas de conscientização dos colaboradores.

4.5. Valor justo de ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo

A tabela abaixo resume os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros que não foram apresentados no balanço patrimonial ao seu valor justo.

	Valor contábil		Valor justo	
	2021	2020	2021	2020
Ativos financeiros	3.880.830	3.065.282	3.842.439	2.666.708
Empréstimos e recebíveis	3.880.830	3.065.282	3.842.439	2.666.708
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	2.427.489	636.328	2.389.098	237.754
Empréstimos e adiantamentos a clientes	1.493.713	2.479.000	1.493.713	2.479.000
Provisão para perda por redução no valor recuperável	(40.372)	(50.046)	(40.372)	(50.046)
Passivos financeiros	4.206.402	6.673.014	4.206.402	6.673.014
Passivos financeiros ao custo amortizado	4.206.402	6.673.014	4.206.402	6.673.014
Depósitos de clientes	83.686	209.424	83.686	209.424
Captações no mercado aberto	55.016	150.011	55.016	150.011
Obrigações por empréstimos e repasses	4.067.700	6.313.579	4.067.700	6.313.579

4.6. Gestão de capital

O Conglomerado realiza a gestão de seu Capital Regulatório de forma descentralizada, ficando cada instituição financeira integrante individualmente responsável pelo respectivo gerenciamento de capital e avaliações de possíveis impactos oriundos dos riscos associados às empresas não financeiras sob sua gestão. A atividade é realizada através de Estruturas de Gerenciamento de Capital individuais, compostas de técnicas, ferramentas, processos e responsabilidades

Banco Société Générale Brasil S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020**

Em milhares de reais

voltadas ao planejamento e monitoração de seu respectivo Capital de acordo com os requerimentos definidos na Política de Gerenciamento de Capital do Conglomerado prevendo:

I - mecanismos para a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos, inclusive aqueles não cobertos pelo PRE, com respectivos indicadores calibrados conforme apetite de riscos estabelecidos para a empresa e periodicamente reportados à diretoria;

II - plano de capital abrangendo o horizonte de três anos;

III - simulações de eventos severos e condições extremas de mercado (testes de estresse) e avaliação de seus impactos no capital;

O dimensionamento das Estruturas é adequado ao nível de complexidade dos respectivos produtos e operações, sendo a coordenação entre as Estruturas realizada através do COMITÊ DE GESTÃO DE CAPITAL, RISCOS DE LIQUIDEZ E MERCADO GRUPO (CGCRLMG), que se reúne mensalmente.

O Conglomerado está sujeito à regulamentação do Banco Central do Brasil que emite diretivas e instruções sobre políticas monetárias e de crédito para instituições financeiras que operam no Brasil. O Banco Central também determina exigências de capital mínimo, limites para ativos fixos, limites de empréstimos, práticas contábeis e exigências de depósitos compulsórios, exigindo que os bancos cumpram a regulamentação baseada no Acordo de Basiléia sobre adequação de capital.

A Administração gerencia o capital com a finalidade de atender aos requerimentos mínimos de capital estipulados pelo BACEN, objetivo alcançado com sucesso durante o período. O conglomerado cumpriu todos os requerimentos mínimos de capital aos quais está sujeito. A tabela abaixo sumariza a composição do capital regulamentar, o capital mínimo exigido e o índice de Basiléia, apurados de acordo as normas do Banco Central do Brasil.

<u>Rubrica</u>	<u>Sigla</u>	Cálculo pelo critério atual	
		(Basiléia II)	
		2021	2020
Patrimônio Líquido de Referência (ajustado)	PR	1.515.518	1.527.794
Patrimônio de Referência Exigido	PRE	332.651	343.783
Parcela do Risco das Posições "Banking Book"	RBAN	48.945	66.828
Valor da margem		1.133.922	1.117.183

Parcelas que compõem o PRE

<u>Parcela</u>	2021		2020	
	Totais	% de consumo do PR	Totais	% de consumo do PR
RWACPAD	243.333	16%	261.088	17%
RWACAM	21.043	1%	9.606	1%
RWAJUR1	6.558	0%	12.518	1%
RWAJUR2	18.752	1%	21.094	1%
RWAJUR3	507	0%	1.121	0%
PACS	-	0%	-	0%
RWAOPAD	42.456	3%	38.356	3%

Banco Société Générale Brasil S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS   S DEMONSTRA  ES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020**

Em milhares de reais

• Extrapola  o

	2021	2020
��ndice alcançado	36,45%	35,55%

5. Caixa, equivalentes de caixa e reservas no BACEN

	2021	2020
Caixa	261.015	293.918
Caixa em moeda nacional	262	132
Caixa em moeda estrangeira	260.753	293.786
Equivalentes de caixa	1.161.878	4.433.079
Opera��es compromissadas	1.161.878	95.304
Certificados de depósitos interfinanceiros	-	4.337.775
Total de caixa e equivalentes de caixa	1.422.893	4.726.997
Reservas no BACEN - em espécie	8.269	11.921
Total de caixa e equivalentes de caixa e reserva do Banco Central	1.431.162	4.738.918

As reservas bancárias não são consideradas como equivalentes de caixa para as Demonstra  es Financeiras por não atenderem os critérios de classifica  o.

6. Ativos financeiros ao valor justo através do resultado**(a) Títulos e valores mobiliários**

	2021			2020		
	Curva	Valor Justo	Ajuste a valor justo	Curva	Valor Justo	Ajuste a valor justo
Carteira própria	30.138	30.143	5	93.180	93.236	56
Notas do Tesouro Nacional	25.724	25.734	10	85.887	85.941	54
Letras do Tesouro Nacional	3.134	3.129	(5)	1.229	1.233	4
Letras Financeiras do Tesouro	1.280	1.280	-	6.064	6.062	(2)
Vinculados à presta��o de garantias	494	494	-	34.662	35.073	411
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	22.803	23.180	377
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	6.782	6.815	33
Letras Financeiras do Tesouro	494	494	-	5.077	5.078	1
Total	30.632	30.637	5	127.842	128.309	467

Títulos e valores mobiliários dados em garantia de opera  es com compromisso de recompra acordadas com outros bancos são títulos de d  vida pública e são reclassificados e apresentados separadamente como ativos dados em garantia para efeitos de balanço patrimonial.

(b) Instrumentos Financeiros Derivativos (não instrumento de hedge)

O Banco Société Générale participa de opera  es envolvendo instrumentos financeiros derivativos que se destinam a

Banco Société Générale Brasil S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020**

Em milhares de reais

atender às necessidades próprias e de seus clientes. Os instrumentos financeiros derivativos utilizados são, principalmente, os de alta liquidez nos mercados futuros (B3 S.A.- Brasil, Bolsa, Balcão).

(i) Swap

Swaps de moeda e taxa de juros são compromissos de troca de um conjunto de fluxos de caixa por outro e resultam em uma troca econômica de moedas ou taxas de juros (por exemplo, fixa ou variável) ou em uma combinação das mesmas (ou seja, *swaps* de moeda e de taxa de juros). Não ocorre a troca do principal, exceto em certos *swaps* de moeda. O risco de crédito do Banco Société Générale representa o custo potencial para repor os contratos de swap se as contrapartes não cumprirem suas obrigações. Este risco é continuamente monitorado com relação ao valor justo atual, à proporção do valor nominal dos contratos e à liquidez do mercado. Para controlar o nível do risco de crédito assumido, o Banco Société Générale avalia as contrapartes dos contratos usando as mesmas técnicas empregadas em suas atividades de empréstimo.

(ii) Futuros de taxas de câmbio e de juros

Operações de futuro de taxas de câmbio e de juros são obrigações contratuais de pagamento ou recebimento de um valor líquido baseado em mudanças nas taxas de câmbio ou de juros, ou de compra ou venda de um instrumento financeiro em uma data futura a um preço especificado, estabelecido por um mercado financeiro organizado. O risco de crédito é mínimo, uma vez que os contratos de futuros são garantidos por caixa ou títulos e valores mobiliários e as mudanças no valor dos contratos são liquidadas diariamente por meio do câmbio. Contratos com taxa a termo são operações de futuro de taxas de juros negociadas individualmente que exigem a liquidação da diferença entre a taxa contratada e a taxa atual de mercado sobre o valor do principal, a ser paga em caixa, em uma data futura.

A composição líquida (ativo menos passivo) dos valores de referência e dos valores justos dos derivativos de negociação é a seguinte:

	2021		2020	
	Valor de referência	Valor justo	Valor de referência	Valor justo
Risco de taxa de juros	11.428.943	(77.803)	10.904.034	(184.975)
<i>Swaps</i>	2.788.688	(76.198)	1.643.357	(184.443)
Contrato de futuros	8.640.255	(1.605)	9.260.677	(532)
Risco de moeda estrangeira	27.293.263	(425.610)	26.762.071	(591.158)
<i>Swaps</i>	2.766.812	(286.324)	4.387.220	(572.805)
<i>NDFs</i>	11.833.117	22.986	6.661.415	9.651
Compra e venda de opções	-	-	19.168	2.743
Contrato de futuros	12.693.334	(162.272)	15.694.268	(30.747)
Total	38.722.206	(503.413)	37.666.105	(776.133)

Mercado futuro	2021	2020	2021	2020
	Valor dos contratos	Valor dos contratos	Ajuste a receber (pagar)	Ajuste a receber (pagar)
Mercadoria				
DDI	5.026.834	8.005.347	(103.227)	12.023
DI	8.640.255	9.260.677	(1.605)	532
Dólar	6.099.169	7.688.921	(28.162)	18.724
Wdo	1.567.331	-	(30.883)	-
	21.333.589	24.954.945	(163.877)	31.279

Banco Société Générale Brasil S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020**

Em milhares de reais

Indexador	Valor de referência		
	Operações registradas na		
	B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão	Valor Curva a receber (pagar)	Valor Mercado a receber (pagar)
CDI x EURIBOR 3M (Fluxo de caixa)	264.164	(114.668)	(120.173)
CDI x EURO (Fluxo de caixa)	375.000	(47.031)	(49.826)
CDI x LIBOR US\$ 3M (Fluxo de caixa)	5.556	(2.344)	(2.356)
CDI x PRÉ	915.118	(153.720)	(151.427)
DÓLAR (NDF)	4.243.717	27.556	49.833
DÓLAR x EURIBOR 6M (Fluxo de caixa)	24.646	(1.234)	(180)
DÓLAR x LIBOR 6M (Fluxo de caixa)	45.180	(2.197)	(2)
EURO (NDF)	824.912	(9.490)	(3.106)
EURIBOR 3M x EuroREUTERS11NYDólar (Fluxo de caixa)	264.164	(119)	(3.155)
EURIBOR 6M x EuroREUTERS11NYDólar (Fluxo de caixa)	24.646	(31)	(511)
LIBOR US 3M x DÓLAR (Fluxo de caixa)	5.538	(46)	(70)
LIBOR US 6M x DÓLAR (Fluxo de caixa)	45.180	(209)	(2.367)
PRÉ (NDF)	6.764.488	13.401	(23.741)
PRÉ x CDI	1.873.570	2.604	75.229
PRÉ x DÓLAR	7.658	(3.393)	(3.485)
PRÉ X EURO	760.852	(28.330)	(57.476)
PRÉ X EURO (Fluxo de caixa)	196.986	12.266	(2.213)
PRÉ X EURO BFIX Londres (Fluxo de caixa)	747.242	(23.491)	(44.510)
Total	17.388.617	(330.476)	(339.536)

Banco Société Générale Brasil S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020**

Em milhares de reais

Indexador	Valor de referência		
	Operações registradas na		
	B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão	Valor Curva a receber (pagar)	Valor Mercado a receber (pagar)
CDI x EURIBOR 3M (Fluxo de caixa)	348.457	(169.449)	(175.693)
CDI x EURO	67.627	(30)	632
CDI x EURO (Fluxo de caixa)	375.000	(56.349)	(57.365)
CDI x LIBOR US\$ 3M (Fluxo de caixa)	33.072	(12.911)	(12.931)
CDI x LIBOR US\$ 6M (Fluxo de caixa)	150.000	(61.376)	(61.201)
CDI x PRÉ	919.139	(103.697)	(209.575)
DÓLAR (NDF)	2.367.088	7.634	(6.929)
DÓLAR x EURIBOR 6M (Fluxo de caixa)	30.807	(2.858)	(44)
DÓLAR X LIBOR US\$ 6M (Fluxo de caixa)	56.475	1.712	1.508
EURO (NDF)	310.272	8.723	4.117
EURIBOR 3M x EUR BFIX Londres (Fluxo de caixa)	84.293	(83)	(197)
EURIBOR 3M x EuroREUTERS11NYDólar (Fluxo de caixa)	264.164	(116)	(7.299)
EURIBOR 6M x EuroREUTERS11NYDólar (Fluxo de caixa)	30.807	(37)	(1.188)
LIBOR US 3M x DÓLAR (Fluxo de caixa)	351.370	(84)	(6.258)
LIBOR US 6M x DÓLAR (Fluxo de caixa)	202.331	(1.961)	(11.716)
PRÉ (NDF)	3.984.055	(18.220)	12.463
PRÉ x CDI	720.197	18.584	24.350
PRÉ x DÓLAR	70.756	(25.870)	(23.724)
PRÉ x DÓLAR (Fluxo de caixa)	20.443	(9.539)	(9.358)
PRÉ X EURO	279.716	(52.740)	(50.188)
PRÉ X EURO (Fluxo de caixa)	1.301.133	(132.585)	(91.109)
PRÉ X EURO BFIX Londres (Fluxo de caixa)	398.402	(78.511)	(67.477)
PRÉ X LIBOR US\$ 3M (Fluxo de caixa)	318.346	(91.349)	1.585
Total	12.683.950	(781.112)	(747.597)

Opções	2021		2020	
	Valor de referência	Prêmio a pagar (receber)	Valor de referência	Prêmio a pagar (receber)
Compra de Opção de compra	-	-	9.584	2.781
Compra de Opção de venda	-	-	9.584	(38)
Total	-	-	19.168	2.743

A composição dos valores de referência *notional* e/ou contratuais dos derivativos ativos financeiros a valor justo através do resultado, por vencimento, é como segue:

Banco Société Générale Brasil S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020**

Em milhares de reais

	2021					
	De 3 a 12		De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15	
	Até três meses	meses			anos	Total
Swaps	80.176	1.739.273	2.306.150	1.229.901	200.000	5.555.500
NDFs	6.486.541	5.010.821	335.755	-	-	11.833.117
Contrato de futuros	15.886.079	2.878.002	2.289.352	122.173	157.983	21.333.589
	<u>22.452.796</u>	<u>9.628.096</u>	<u>4.931.257</u>	<u>1.352.074</u>	<u>357.983</u>	<u>38.722.206</u>
	2020					
	De 3 a 12		De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15	
	Até três meses	meses			anos	Total
Swaps	376.107	2.061.200	3.018.706	374.564	200.000	6.030.577
NDFs	3.585.719	2.665.591	395.139	14.966	-	6.661.415
Compra e venda de opções	10.313	8.855	-	-	-	19.168
Contrato de futuros	16.712.100	4.698.708	2.828.982	515.594	199.561	24.954.945
	<u>20.684.239</u>	<u>9.434.354</u>	<u>6.242.827</u>	<u>905.124</u>	<u>399.561</u>	<u>37.666.105</u>

Os valores de referência e/ou contratuais dos contratos celebrados não refletem o risco real assumido pelo Banco Société Générale, uma vez que a posição líquida desses instrumentos financeiros decorre da sua compensação e/ou combinação. Essa posição líquida é utilizada pelo Banco Société Générale, principalmente para proteger a taxa de juros, o preço dos ativos subjacentes ou o risco cambial. O resultado desses instrumentos financeiros é reconhecido na rubrica "Resultado com instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado mantidos para negociação", na demonstração do resultado.

Os derivativos utilizados como instrumentos de *hedge* estão apresentados na nota explicativa nº 21 - "Instrumentos financeiros derivativos não destinados à negociação – *hedge*".

7. Ativos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes

	2021			2020		
	Curva	Valor justo	Ajuste a valor justo	Curva	Valor justo	Ajuste a valor justo
Carteira própria	505.776	476.361	(29.415)	37.232	-	(37.232)
Letras do Tesouro Nacional	234.950	233.968	(982)	-	-	-
Debêntures	270.826	242.393	(28.433)	37.232	-	(37.232)
Vinculados à prestação de garantias	651.160	597.987	(53.173)	835.814	841.203	5.389
Letras do Tesouro Nacional	614.539	561.366	(53.173)	768.270	773.650	5.380
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	32.557	32.566	9
Cotas de fundos de investimento	36.621	36.621	-	34.987	34.987	-
Total	<u>1.156.936</u>	<u>1.074.348</u>	<u>(82.588)</u>	<u>873.046</u>	<u>841.203</u>	<u>(31.843)</u>

O ajuste a valor justo para títulos ao valor justo através de outros resultados abrangentes é contabilizado em resultados abrangentes líquidos de efeito fiscal. O saldo de imposto de renda e contribuição social é de R\$ 45.424 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 17.514 em 31 de dezembro de 2020), conforme nota explicativa nº20 – "Efeito dos impostos sobre a renda em outros resultados abrangentes".

A aplicação em cotas de fundos de investimento é uma obrigação regulatória da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão a fim de cumprimento de margem de garantia e ter autorização de acesso como participante de negociação pleno e participante de liquidação.

O banco recebeu no primeiro semestre de 2019 R\$ 160.119 em debêntures como novação de uma dívida não paga de execução de uma garantia prestada referente ao ano de 2015. Essa dívida foi baixada integralmente para prejuízo. Até o fechamento deste exercício foi reconhecido uma perda permanente no resultado no valor de R\$ 147.585, sendo R\$ 133.514 no primeiro semestre de 2019 e R\$ 14.071 no segundo semestre de 2021 (nada reconhecido no exercício de 2020). O ajuste foi baseado no cálculo dos fluxos de caixa esperado trazidos ao valor presente. Em 31 de dezembro de 2021, a administração do banco, baseado na situação econômica da empresa, efetuou ajuste credor (receita) a valor complementar de mercado no patrimônio líquido de (R\$ 15.638) e em 2020 (R\$ 20.477), reconhecendo o valor da debênture a zero.

Banco Société Générale Brasil S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020**

Em milhares de reais

Composição por prazo de vencimento

	2021	2020
	Títulos disponíveis para venda	
A vencer até 3 meses	236.551	34.987
A vencer entre 3 e 12 meses	242.393	32.566
A vencer entre 1 e 3 anos	595.404	426.904
A vencer entre 3 e 5 anos	-	346.746
Total	1.074.348	841.203

A movimentação do saldo de ativos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes nos exercícios está apresentada a seguir:

	2021	2020
Saldo inicial	841.203	452.634
Variação cambial dos ativos monetários	144.890	48.581
Adições	242.393	460.000
Alienações	(154.138)	(120.012)
Saldo final	1.074.348	841.203

8. Empréstimos e recebíveis**(a) Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras**

	2021	2020
Operações de arrendamento mercantil financeiro	30.862	78.118
Outros empréstimos a instituições financeiras	2.396.627	558.210
Total	2.427.489	636.328

Os empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras referem-se a operações de Arrendamento Mercantil Financeiro com direcionamento para "Instituições Financeiras" e operações com títulos livres negociados com o Banco Central e prazo de vencimento inferior à 30 dias.

A Administração do banco avaliou a carteira de empréstimos e adiantamentos a Instituições Financeiras e não identificou evidências para contabilização de "provisão para perda por redução ao valor recuperável".

(b) Empréstimos e adiantamentos a clientes

Composição dos saldos de empréstimos e adiantamentos a clientes, por tipo e setor do devedor, fórmula da taxa de juros, vencimento e concentração:

Banco Société Générale Brasil S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020**

Em milhares de reais

	2021	2020
Empréstimos e adiantamentos a clientes, por tipo		
Empréstimos e títulos descontados	1.170.326	1.707.643
Financiamentos	153.477	573.526
Operações de arrendamento mercantil financeiro	169.910	197.831
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto de provisão de perda por redução no valor recuperável	1.493.713	2.479.000
Por setor do devedor		
Indústria	677.262	1.461.549
Comércio	611.910	472.222
Pessoas físicas	120	111
Outros setores	204.421	545.118
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto de provisão de perda por redução no valor recuperável	1.493.713	2.479.000
Por fórmula da taxa de juros		
Juros prefixados	884.138	1.533.199
Juros pós-fixados	609.575	945.801
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto de provisão de perda por redução no valor recuperável	1.493.713	2.479.000
Por vencimento		
Vencidas a partir de 15 dias	11.574	27.131
A vencer até 3 meses	353.996	755.244
A vencer de 3 a 12 meses	946.128	981.487
A vencer acima de um ano	182.015	715.138
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto de provisão de perda por redução no valor recuperável	1.493.713	2.479.000
Por concentração		
Principal devedor	247.920	372.142
10 seguintes maiores devedores	1.001.555	1.471.393
20 seguintes maiores devedores	131.975	467.802
50 seguintes maiores devedores	78.154	138.795
100 seguintes maiores devedores	34.109	28.868
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto de provisão de perda por redução no valor recuperável	1.493.713	2.479.000
Provisão de perda por redução no valor recuperável	(40.372)	(50.046)
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes, líquido de provisão de perda por redução no valor recuperável	1.453.341	2.428.954

Banco Société Générale Brasil S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS   S DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020**

Em milhares de reais

(c) Provisão de perda por redução ao valor recuperável

As variações na provisão de perda por redução ao valor recuperável nos saldos da rubrica "Empréstimos e recebíveis" são as seguintes, por nível de provisão:

	S1		S2		S3		Total	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Saldo Inicial de provisão de perda por redução no valor recuperável	10.469	8.335	1.302	1.039	38.275	42.116	50.046	51.490
Constitui��o de saldos contra provisão de perdas por redução no valor recuperável	13.213	21.650	-	499	773	1.577	13.986	23.726
Baixa de saldos contra provisão de perdas por redução no valor recuperável	(17.213)	(19.516)	(1.023)	(236)	(5.423)	(5.418)	(23.660)	(25.170)
Saldo final de provisão de perda por redução no valor recuperável	6.469	10.469	279	1.302	33.625	38.275	40.372	50.046
Recuperações de empréstimos e recebíveis baixados para prejuízo	-	-	-	-	-	47	-	47

Não houve novas operações de crédito renegociados no exercício de 2021 e foi recuperado crédito no valor R\$ 47 em 2020.

O Banco Société Générale avalia a evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável em empréstimos e adiantamentos de forma individual para os ativos financeiros que sejam individualmente significativos, e coletivamente para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos (conforme descrito na nota explicativa n   2 - "Principais práticas contábeis").

9. Operações de arrendamento mercantil financeiro

Apresentamos abaixo o valor presente dos arrendamentos financeiros a receber por vencimento:

	2021	2020
O valor presente dos valores mínimos a receber de arrendamentos financeiros pode ser analisado da seguinte forma:	169.910	197.602
Até 1 ano	76.832	103.947
Entre 1 e 5 anos	93.051	92.956
Acima de 5 anos	27	699

As operações de arrendamento financeiro estão inseridas na nota explicativa n  8, sub-item (b) – "Empréstimos e adiantamentos a clientes", e estão divulgadas na mesma linha no balanço patrimonial.

Banco Société Générale Brasil S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020**

Em milhares de reais

10. Ativo imobilizado

	Máquinas e equipamentos	Software	Imobilizado de arrendamento	Outros	Total
Em 31 de dezembro de 2020	4.786	36	15.144	2.404	22.370
Aquisições	-	217	-	-	217
Reclassificação custo	(13.143)	8.988	-	4.155	-
Reclassificação depreciação	8.795	(5.997)	-	(2.798)	-
Baixa do custo	-	(5)	-	-	(6)
Baixa da depreciação	-	2	-	-	2
Despesa de depreciação (nota explicativa nº 29)	(163)	(915)	(2.560)	(696)	(4.334)
Em 31 de dezembro de 2021	275	2.326	12.584	3.065	18.249
Em 31 de dezembro de 2021					
Custo	1.347	11.423	17.918	7.954	38.642
Depreciação acumulada	(1.072)	(9.098)	(5.334)	(4.889)	(20.393)
Valor contábil	275	2.325	12.584	3.065	18.249
Em 31 de dezembro de 2019	5.097	95	12.391	179	17.762
Aquisições	1.126	-	4.998	2.165	8.289
Baixa do custo	-	(86)	-	-	(86)
Baixa da depreciação	-	88	-	300	388
Despesa de depreciação (nota explicativa nº 29)	(1.437)	(61)	(2.245)	(240)	(3.983)
Em 31 de dezembro de 2020	4.786	36	15.144	2.404	22.370
Em 31 de dezembro de 2020					
Custo	14.490	2.224	17.918	3.799	38.431
Depreciação acumulada	(9.704)	(2.188)	(2.774)	(1.395)	(16.061)
Valor contábil	4.786	36	15.144	2.404	22.370

As despesas de depreciação foram contabilizadas na conta "Depreciação e amortização" na demonstração do resultado. Não foram capitalizados custos de empréstimos relacionados à aquisição de ativos imobilizados durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

Banco Société Générale Brasil S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020**Em milhares de reais

11. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis registrados com vida útil definida são representados por intangíveis gerados internamente, os quais encontram-se em fase de desenvolvimento.

	Outros ativos intangíveis
Custo:	
Em 31/12/2019	660
Em 31/12/2020	660
Vida útil definida	660
Amortização:	
Em 31/12/2019	(507)
Adições	(59)
Em 31/12/2020	(566)
Saldo líquido	<u>94</u>
Custo:	
Em 31/12/2020	660
Em 31/12/2021	660
Vida útil definida	660
Amortização:	
Em 31/12/2020	(565)
Adições	(47)
Em 31/12/2021	(612)
Saldo líquido	<u>48</u>

Banco Société Générale Brasil S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020**

Em milhares de reais

12. Outros ativos

	2021	2020
Adiantamentos e antecipações salariais	392	573
Impostos e contribuições a compensar	135.438	107.055
Devedores por depósitos em garantia (i)	439.591	432.165
Devedores diversos no exterior - partes relacionadas (ii)	12.313	4.079
Operações de câmbio	-	207.802
Relações com correspondentes	921	1.163
Negociação e Intermediação de valores	1.315	518
Créditos vinculados - Banco Central	475	302
Valores a receber de soc ligadas	2	2
Outros	3.343	6.932
Total	593.790	760.591

(i) Refere-se, basicamente, a discussões judiciais decorrentes de imposto de renda sobre operações de “Box quatro pontas totalizando R\$ 62.584 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 61.407 em 31 de dezembro de 2020), pedidos de compensação de IRRF no montante de R\$ 40.614 (R\$ 39.554 em 2020), a ampliação da base de cálculo do Programa de Integração Social – PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS (Lei nº 9.718/98) no montante de R\$ 147.112 (R\$ 144.017 em 2020), processos trabalhistas e cíveis, oriundos do Banco Cacique, no montante de R\$ 33.204 (R\$ 36.681 em 2020). Processos referentes a desmutualização da BM&FBOVESPA em R\$ 130.928 (R\$ 106.493 em 2020).

(ii) Refere-se a serviços prestados pelo Banco Société Générale no exterior (nota explicativa nº 34).

13. Passivos financeiros ao valor justo através do resultado

Os saldos de passivos financeiros ao valor justo através do resultado correspondem aos derivativos, cujo valor justo nas referidas datas-base do exercício sejam negativos e que não sejam objetos de *hedge*.

	2021	2020
Valor justo negativo em derivativos - Swap	(684.793)	(1.004.970)

Os valores a liquidar referentes aos contratos de futuros estão classificados como “Outros passivos” no balanço patrimonial e estão apresentadas na nota explicativa nº 6.b) ii – “Ativos financeiros ao valor justo através do resultado - Futuros de taxas de câmbio e de juros”

14. Depósitos de clientes

	2021	2020
Pessoas jurídicas	83.686	209.424
Depósitos à vista	11.047	32.718
Depósitos a prazo	72.639	176.706
Total de depósito de clientes	83.686	209.424

Banco Société Générale Brasil S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020**

Em milhares de reais

15. Depósitos de instituições financeiras e captações no mercado aberto

	2021	2020
Operações compromissadas	55.016	150.011
Total de depósito de instituições financeiras e captações no mercado aberto	55.016	150.011

16. Obrigações por operações de venda e transferência de ativos financeiros e de empréstimos e repasses

	2021	2020
Obrigações por empréstimos	4.067.700	6.313.579
Obrigações em moeda estrangeira - exportação e importação (i)	570.055	825.875
Obrigações por empréstimos no exterior (ii)	3.497.645	5.487.704
Total de obrigações por empréstimos e repasses	4.067.700	6.313.579

(i) São representadas por recursos captados de banqueiros no exterior com Société Générale-New York com vencimentos até 2022 e para aplicação em desconto de letras de exportação, pré-financiamentos de exportações e financiamentos de importações, incorrendo em variação cambial, acrescida de juros de até 5,89% ao ano (5,50% em 2020).

A Controlada SG Equipment Finance S.A. - Arrendamento Mercantil em 23 fevereiro de 2017, a Sociedade captou empréstimo junto ao Banco Safra vinculado nos recebíveis de operações de arrendamento mercantil da Tecban – Tecnologia Bancária, no montante de R\$ 33.203, com juros de 3,20% a.a e com taxa de 100% do CDI, com vencimentos entre janeiro de 2020 e dezembro de 2021. Em 15 de dezembro de 2017 parte das operações foram liquidadas antecipadamente.

(ii) São representados por obrigações em moeda estrangeira, com a matriz do Banco, no exterior, com vencimento até 2025, sujeitos à variação cambial e juros de até 6,57% ao ano em 2021 (6,25% ao ano em 31 de dezembro de 2020).

A Controlada SG Equipment Finance S.A. - Arrendamento Mercantil, no curso normal de seus negócios, possui operações denominadas em moeda estrangeira, decorrentes de obrigações por empréstimos, captados junto à matriz no exterior do grupo Société Générale – Paris, com vencimentos até 2022, sujeitos à variação cambial e juros de até 4,51% ao ano, e que estão protegidos por instrumentos financeiros derivativos.

Em 24 de novembro de 2017, a Controlada captou empréstimo com o International Finance Corporation – IFC, no montante de R\$ 66.085, com taxas praticadas no mercado e vencimento em 15 de outubro de 2022.

17. Provisões

O Banco e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito das empresas com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos.

O Banco provisiona integralmente o valor das ações cuja avaliação é de perda provável.

As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de

Banco Société Générale Brasil S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020**

Em milhares de reais

processos judiciais.

(a) Saldos das provisões constituídas

	2021	2020
Ações fiscais	228.383	208.324
Ações trabalhistas	29.859	54.151
Ações cíveis	26.163	26.199
Total	284.405	288.674

(b) Movimentação das provisões

	2021			
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo inicial	208.324	54.151	26.199	288.674
Constituição (*)	16.774	700	3.825	21.299
Ajustes/(Baixas)	-	-	(1)	(1)
Reversão (*)	(644)	(26.413)	(4.969)	(32.026)
Atualização (*)	3.929	1.421	1.109	6.459
Saldo final	228.383	29.859	26.163	284.405
Devedores por depósitos em garantia	406.047	25.549	7.995	439.591

	2020			
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo inicial	200.633	87.124	24.048	311.805
Constituição (*)	5.585	150	2.908	8.643
Ajustes/(Baixas)	1	-	-	1
Reversão (*)	(935)	(34.286)	(979)	(36.200)
Atualização (*)	3.040	1.163	222	4.425
Saldo final	208.324	54.151	26.199	288.674
Devedores por depósitos em garantia	391.386	32.265	8.514	432.165

(*) Nota explicativa nº 30

Banco Société Générale Brasil S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS   S DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020**

Em milhares de reais

(c) Detalhamento das ações fiscais, trabalhistas e cíveis por probabilidade de perda:

31 de dezembro de 2021	Fiscais		Trabalhistas		Cíveis		Total	
	Valor do risco	Valor provisionado	Valor do risco	Valor provisionado	Valor do risco	Valor provisionado	Valor do risco	Valor provisionado
Perdas prováveis e obrigações legais	228.383	228.383	29.899	29.859	26.163	26.163	284.445	284.405
Perdas possíveis	287.874	-	129.846	-	1.938	-	419.658	-
Perdas remotas	42.587	-	2.233	-	-	-	44.820	-
Saldo final	558.844	228.383	161.978	29.859	28.101	26.163	748.923	284.405

31 de dezembro de 2020	Fiscais		Trabalhistas		Cíveis		Total	
	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado
Perdas prováveis e obrigações legais	208.324	208.324	55.556	54.151	26.199	26.199	290.079	288.674
Perdas possíveis	283.768	-	193.407	-	3.274	-	480.449	-
Perdas remotas	42.206	-	2.233	-	500	-	44.939	-
Saldo final	534.298	208.324	251.196	54.151	29.973	26.199	815.467	288.674

Ações fiscais e obrigações legais

Referem-se a obrigações legais e ações relacionadas a quest   es tributárias discutidas em diversas instâncias, conforme avaliação efetuada pelos assessores jurídicos do Conglomerado, sendo os principais temas discutidos:

Ações classificadas como risco de perda provável e obrigações legais

- Cobrança administrativa de contribuição para o FINSOCIAL referente a abril de 1991 a março de 1992 – em 31 de dezembro de 2021 totalizou R\$ 920 (R\$ 911 em 2020);
- Alargamento pela Lei 9.718/98 da base de cálculo para recolhimento do PIS e da COFINS – em 31 de dezembro de 2021 totalizou R\$ 132.430 (R\$ 129.810 em 2020);
- Exigibilidade de IRPJ sobre operação financeira (“Box quatro Pontas”) realizada em 1993 – em 31 de dezembro de 2021, totalizou R\$ 44.265 (R\$ 43.901 em 2020);
- Auto de Infração que discute a dedutibilidade de prejuízos em operações Day-Trade nas bases de IRPJ e CSLL em 1993 – em 31 de dezembro de 2021 totalizou R\$ 8.775 (R\$ 8.703 em 2020);
- Em 30 junho de 2018 foi criada provis    o, no montante de R\$ 16.624, para registrar a diferença contábil nos depósitos judiciais e provis    es para os casos com possibilidade de perda provável, em que o valor do deposito será automaticamente convertido em renda para a Uni    o. A diferença objeto do ajuste refere-se aos critérios aplicados na atualização dos depósitos frente aos de provisionamento. O valor desta provis    o atualizado em 31 dezembro de 2021    de R\$ 20.308 (R\$ 19.432 em 2020);
- Em 2021 a SGEF arrendamento mercantil recebeu cobran    a administrativa de débitos de ISS da prefeitura de Barueri. O valor cobrado totaliza R\$ 16.774 em 31 de dezembro de 2021.

Banco Société Générale Brasil S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

Em milhares de reais

Passivos contingentes classificados como risco de perda possível

- Pedidos de compensação de IRRF – em 31 de dezembro de 2021 totalizou R\$ 40.614 (R\$ 39.554 em 2020);
- Autos de infração da Receita Federal do Brasil lavrados contra a incorporada Banco Cacique S.A., pela glosa de despesas de amortização de ágio, com serviços prestados por terceiros e omissão de ganhos auferidos na desmutualização das ações CETIP referente aos anos de 2008 e 2009 – em 31 de dezembro de 2021 totalizou R\$ 53.334 (R\$ 52.282 em 2020);
- Cobrança de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS processo de desmutualização da antiga Bovespa (atual BM&FBOVESPA), para as quais foram previamente efetuados depósitos judiciais, conforme nota explicativa nº 15 ii - em 31 de dezembro de 2021 totalizou R\$ 129.486, (R\$ 127.218 em 2020);
- Auto de infração da Receita Federal do Brasil em dezembro de 2018 lavrado contra incorporada Banco Cacique S.A., pela glosa de despesas de amortização de ágio referente aos anos de 2013 a 2017 - em 31 de dezembro de 2021 totalizou R\$ 32.391 (R\$ 31.836 em 2020).

Ações trabalhistas

A classificação de risco e a mensuração das provisões dos processos trabalhistas do consolidado levam em consideração as posições dos assessores jurídicos que os classificam como remoto, possível ou provável e sua provisão segue as normas do CPC25 de Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Referem-se à provisão para processos movidos por ex-funcionários de diversas localidades. Os questionamentos são sobre pré-contratação para cargos técnicos e cargos de confiança, horas extras, bem como seus reflexos. Há também ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas com pedidos de reconhecimento de vínculo empregatício e pagamento das respectivas verbas rescisórias. Nas ações trabalhistas relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base histórica dos pagamentos efetuados. As ações trabalhistas que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com o depósito judicial efetuado no processo ou são avaliadas individualmente, sendo as provisões constituídas com base na situação de cada processo, na Lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

Para os processos oriundos da incorporação da controlada Banco Cacique S.A., a provisão é constituída com base nas decisões judiciais existentes em terceira, segunda e primeira instâncias e, para aquelas que não houver qualquer decisão, a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos efetuados nos últimos cinco anos ou, por exceção considerando condições específicas do processo. Em função da diminuição do número de processos trabalhistas oriundos da incorporação do Banco Cacique, o banco revisou sua política de provisionamento em junho de 2020 e proveu alterações nas estimativas para maior acuracidade nos valores provisionados.

Ações cíveis

São ações judiciais de caráter indenizatório e revisionais de crédito. As ações de caráter indenizatório referem-se a indenização por dano material e/ou moral em decorrência da relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a empréstimos e prestações de financiamentos. As ações revisionais referem-se a operações de crédito através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais. Nas ações cíveis relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base na situação de cada processo, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

Banco Société Générale Brasil S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS   S DEMONSTRA  ES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020**

Em milhares de reais

18. Passivos tributários diferidos e outros passivos**a) Passivos tributários diferidos**

	2021	2020
Provisão para impostos e contribui��es diferidas a pagar (i)	81.168	91.008
Total	81.168	91.008

(i) Conforme nota explicativa n   33.d. – “Imposto de renda e contribui  o social”.

b) Outros passivos

	2021	2020
Provisão para impostos e contribui��es correntes a pagar	67.588	29.846
Carteira de câmbio	230.682	-
Provisão com despesas de pessoal	30.871	22.715
Provisão para despesas de publica��o	118	209
Provisão para pagamentos a efetuar	2.498	18.526
Valor a pagar de arrendamento	2.955	-
Credores diversos - exterior - partes relacionadas (i)	46.980	20.123
Provisão para despesas com advogados	794	794
Provisão para despesas com auditoria	35	-
Provisão para Fundo Garantidor de Crédito	20	14
Opera��es a liquidar BM&F - ne. 6.b	163.877	31.279
Fundo de reserva de financiamento	5.894	20.408
Provisão IR sobre Superveniência	56.725	52.181
Outras	9.333	5.655
Total	618.370	201.750

(i) Refere-se a serviços prestados pelo Société Générale Corporate & Investment Bank – Paris (nota explicativa n   34).

19. Patrimônio líquido**a) Capital social**

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o capital social totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 2.956.929, estava representado por a  es, sem valor nominal, pertencentes a acionistas domiciliados no País e exterior, composto da seguinte forma:

Banco Société Générale Brasil S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS   S DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020**

Em milhares de reais

	<u>Ações ordinárias</u>	<u>Ações preferenciais</u>	<u>Total</u>
Quantidade em 31 de dezembro de 2021			
Domiciliadas no exterior	<u>508.474</u>	<u>508.474</u>	<u>1.016.948</u>
	508.474	508.474	1.016.948
Quantidade em 31 de dezembro de 2020			
Domiciliadas no exterior	<u>508.474</u>	<u>508.474</u>	<u>1.016.948</u>
	508.474	508.474	1.016.948

b) Dividendos

Conforme previsto no estatuto do Banco, é assegurado aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício. A diretoria estatutária, através de Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária, pode deliberar sobre a declaração de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi provisionado no banco, dividendos a receber da controlada SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil no montante de R\$ 262 e liquidados no exercício 2021.

c) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangente

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Saldo inicial	(17.514)	(8.337)
Ajuste a valor justo (líquido de impostos)	<u>(27.910)</u>	<u>(9.177)</u>
Saldo final	<u>(45.424)</u>	<u>(17.514)</u>

d) Hedge de fluxo de caixa

Esta rubrica compreende a parcela efetiva do ajuste a valor justo dos instrumentos de *hedge*, conforme descrito na nota explicativa n   21 - Instrumentos financeiros derivativos não destinados à negociação - *hedge*.

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Saldo inicial	(91)	(2.300)
Movimentação líquida	<u>1.391</u>	<u>2.209</u>
Saldo final	<u>1.300</u>	<u>(91)</u>

20. Efeito dos impostos sobre a renda em outros resultados abrangentes

	<u>2021</u>			<u>2020</u>		
	<u>Antes dos impostos</u>	<u>Benefício fiscal</u>	<u>Líquido de impostos</u>	<u>Antes dos impostos</u>	<u>Benefício fiscal</u>	<u>Líquido de impostos</u>
Ganho/(perda) não realizado em ativos financeiros disponíveis para a venda	(82.589)	37.165	(45.424)	(31.843)	14.329	(17.514)
Hedge de fluxo de caixa	2.364	(1.064)	1.300	(165)	74	(91)
Total	<u>(80.225)</u>	<u>36.101</u>	<u>(44.124)</u>	<u>(32.008)</u>	<u>14.403</u>	<u>(17.605)</u>

21. Instrumentos financeiros derivativos não destinados à negociação – *hedge*

O Banco Société Générale possui contratos derivativos negociados em bolsa utilizados como instrumentos de *hedge*, em estratégia de *hedge*.

Hedge de fluxo de caixa

Banco Société Générale Brasil S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020**

Em milhares de reais

Nossa estratégia de hedge visa proteger as alterações no fluxo de caixa devido a variações cambiais das captações externas. A taxa do CDI é considerada a taxa referencial de mercado financeiro brasileiro e é fixada diariamente. A estratégia de hedge torna o fluxo de caixa constante no que se refere à volatilidade da taxa CDI. Para proteger a variabilidade do fluxo de caixa futuro de possíveis variações na taxa de câmbio o Banco Société Générale utiliza contratos de derivativos negociados na BM&FBOVESPA.

	2021	
	Valores de Mercado (BRL)	
	USD	CDI
Empréstimos	(41.075)	-
DDI	38.248	(29.296)
DI	-	29.932
Marcação a mercado do hedge de fluxo de caixa (patrimônio líquido)		2.364
Imposto sobre a marcação a mercado do hedge fluxo de caixa (45%)		(1.064)

	2020	
	Valores de Mercado (BRL)	
	USD	CDI
Empréstimos	(131.269)	-
DDI	130.309	(93.170)
DI	-	84.008
Marcação a mercado do hedge de fluxo de caixa (patrimônio líquido)		(164)
Imposto sobre a marcação a mercado do hedge fluxo de caixa (45%)		74

22. Receita de juros e rendimento de produtos bancários

Receitas com juros e similares na demonstração do resultado compõem-se de juros acumulados no exercício sobre todos os ativos financeiros com retorno implícito ou explícito, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medição do valor justo, e das retificações de resultado como consequência da contabilização das operações de *hedge accounting*. Os juros são reconhecidos pelo valor bruto, sem a dedução de impostos retidos na fonte.

A composição dos principais itens referentes às receitas de juros e similares auferidos durante os exercícios está demonstrada a seguir:

	2021	2020
Aplicações em depósitos interfinanceiros	2.333	83
Aplicações em operações compromissadas	249.399	174.724
Aplicações no exterior	57	104
Empréstimos e adiantamentos	45.824	55.134
Operações de câmbio	57.413	70.080
Títulos de renda fixa	78.609	80.835
Recuperação de créditos baixados (nota explicativa nº 8.c)	-	47
Receita de arrendamento financeiro e operacional	48.837	47.837
Outros	1.201	4.034
Total	483.673	432.878

Banco Société Générale Brasil S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS   S DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020**

Em milhares de reais

23. Despesa de juros e rendimento de produtos bancários

Despesas com juros e similares na demonstração do resultado compõem-se de juros acumulados no exercício sobre todos os passivos financeiros com retorno implícito ou explícito, inclusive remuneração em espécie, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medição do valor justo, das retificações de custo, como resultado da contabilização das operações de *hedge accounting*.

A composição dos principais itens referentes às despesas de juros e similares auferidos durante os exercícios está demonstrada a seguir:

	2021	2020
Depósitos a prazo	3.317	1.961
Depósitos interfinanceiros	2.220	735
Empréstimos no exterior	4.166	19.897
Obrigações com banqueiros no exterior	18.849	46.045
Operações compromissadas	33.876	17.085
Repasses do País	10	8
Outros	1.124	1.663
Total	63.562	87.394

24. Resultado líquido de tarifas e comissões

A rubrica "Receitas de tarifas e comissões"    composta pelos valores de todas as tarifas e comissões acumuladas em favor do Banco Société Générale nos exercícios, exceto aquelas que fazem parte da taxa de juros efetiva sobre instrumentos financeiros.

A rubrica "Despesas de tarifas e comissões" mostra o valor de todas as tarifas e comissões pagas ou a pagar nos exercícios, exceto aquelas que fazem parte da taxa de juros efetiva sobre instrumentos financeiros.

A composição do saldo dessas rubricas está demonstrada a seguir:

	2021	2020
Receita de tarifas e comissões	4.385	9.621
Resultados líquido de tarifas e comissões	4.385	9.621
Total das receitas de tarifas e comissões	4.385	9.621

25. Resultado de instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

	2021	2020
Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado - mantidos para negociação	(22.153)	15.895
Lucros com títulos de renda fixa	2.072	24.683
Prejuízos com títulos de renda fixa	(23.539)	(7.401)
TVM - Ajuste negativo ao valor de mercado	(686)	(1.387)
Derivativos	1.199.310	675.846
Swaps	130.858	(1.043.453)
Futuros	1.068.444	1.719.010
Opções	8	289
Total	1.177.157	691.741

Banco Société Générale Brasil S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020**

Em milhares de reais

26. Resultado líquido realizado de TVM e com instrumentos derivativos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

	2021	2020
Títulos e valores mobiliários - disponíveis para venda	1.634	812
Rendas de Aplicações em Fundos de Investimento	1.634	812
Total	1.634	812

27. Despesas de pessoal

	2021	2020
Benefícios de curto prazo	2.980	2.446
Proventos	37.689	40.538
Honorários	4.106	4.768
Benefícios	11.277	10.892
Encargos sociais	18.910	17.110
Treinamentos	273	158
Estagiários	935	824
Indenizações	16.505	21.225
Bonus/PLR	22.995	19.004
Total	115.670	116.965

28. Despesas administrativas

	2021	2020
Aluguéis	3.870	3.617
Comunicações	1.163	1.189
Contribuições filantrópicas	1.825	1.189
Despesa de processamento de dados	8.484	8.120
Serviços com a matriz	16.204	5.736
Serviços do sistema financeiro	11.461	13.466
Serviços de terceiros	3.075	3.065
Serviços técnicos especializados	17.946	17.398
Custas judiciais e contingências	4.080	-
Outras Despesas Administrativas	9.299	10.294
Total	77.407	64.074

Banco Société Générale Brasil S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020**

Em milhares de reais

29. Depreciação e amortização

	2021	2020
Depreciação de imobilizado (nota explicativa nº 10)	4.334	3.983
Amortização de intangível (nota explicativa nº 11)	47	59
Total	4.381	4.042

30. Outras receitas (despesas) operacionais

	2021	2020
Rendas de outros serviços	56.713	50.244
Reversão de provisão de prestação de serviços no exterior	5.701	20.484
Atualização de depósitos judiciais	9.777	8.359
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos - FGC	(141)	(118)
Despesas Tributárias	(46.363)	(31.432)
Provisão para ações fiscais (*)	(16.774)	(5.585)
Atualização de ações fiscais (*)	(3.929)	(3.040)
Provisão para ações trabalhistas (*)	(700)	(150)
Atualização de ações trabalhistas (*)	(1.421)	(1.163)
Provisão para ações cíveis (*)	(3.825)	(2.908)
Atualização de ações cíveis (*)	(1.109)	(222)
Reversão de provisão para ações fiscais (*)	644	935
Reversão de provisão para ações trabalhistas (*)	26.413	34.286
Reversão de provisão para ações cíveis (*)	4.969	979
Provisão para pagamento de gratificação	2.511	2.461
Provisão de prestação de serviços no exterior	(39.464)	(26.712)
Rendas prestação de serviços ao exterior	15.623	-
Reversão provisão adicional	2.469	409
Outras despesas operacionais	(2.053)	(2.919)
Outras receitas operacionais	14.060	13.310
Total	23.101	57.218

(*) Nota explicativa nº 17.b

31. Compromissos de crédito (off balance)

Os valores não reconhecidos (off balance) referente a garantias financeiras estão demonstrados abaixo:

	2021	2020
Avais e fianças	391.640	390.005
Outras garantias prestadas	486.351	350.856
	877.991	740.861

Banco Société Générale Brasil S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020**Em milhares de reais

32. Plano de pagamento baseado em ações

O Société Générale Group (matriz - França) oferece como parte da remuneração variável da diretoria e funcionários de sua subsidiária brasileira (Société Générale Brasil S.A.) planos de pagamentos baseados em ações.

Os planos são classificados como pagamentos baseados em ações com liquidação em ações. Os planos de ações livres e diferidas são liquidados com entrega de ações do Société Générale (França).

A seguir, demonstramos os valores reconhecidos nos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, cujas contrapartidas encontram-se registradas em Reserva de capital - plano de pagamento baseado em ações R\$ 171 (R\$ 1.195 em 2020):

	2021	2020
Plano de ações livres	3.925	3.754
Total	3.925	3.754
Saldo no início do exercício	3.754	2.559
Constituição	171	1.195
Saldo no fim do exercício	3.925	3.754
Movimentação no PL		
Constituição	171	1.195
Total	171	1.195

Banco Société Générale Brasil S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020**

Em milhares de reais

33. Imposto de renda e contribuição social**(a) Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidente sobre as operações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:**

	2.021	2.020	2.021	2.020
	Imposto de renda		Contribuição social	
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social, deduzido das participações estatutárias no lucro	32.442	203.772	32.442	203.772
Alíquotas vigentes	25%	25%	25% e 20%	15% e 20%
Receita de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(8.111)	(50.943)	(8.029)	(40.876)
(a) Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre diferenças permanentes				
(-) Incentivo fiscal	(216)	(82)	(216)	(65)
(-) Juros indedutíveis MP 472	(2.304)	(7.051)	(2.304)	(5.640)
(-) Outras	(5.281)	(5.111)	(6.176)	(4.564)
	(7.801)	(12.244)	(8.696)	(10.269)
(b) Efeito do imposto de renda e da contribuição social, sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais de exercícios anteriores				
Diferenças temporárias				
(-) Ações fiscais, trabalhistas e cíveis	1.068	5.731	1.943	4.592
(-) Ajuste ao valor justo do instrumento financeiro	(6.936)	37.353	(6.936)	29.881
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.073	501	1.000	280
(-) Provisão de bônus e PLR	(1.735)	(765)	(1.735)	(612)
(-) Provisão impairment de ativos	(3.518)	-	(3.518)	-
(-) Outras diferenças temporárias	(8.924)	646	(4.587)	511
(-) Prejuízos fiscais	5.662	2.171	-	-
(-) Efeito majoração de alíquota da CSLL para 25% Banco e 20% Leasing(*)	-	-	6.257	-
	(13.310)	45.637	(7.576)	34.652
(c) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	26.042	(26.561)	15.843	(20.287)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(3.180)	(44.111)	(8.458)	(36.780)

(*) A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro tributável à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até junho de 2021, considerando a alíquota de 20% para o Banco e 15% para a Leasing. Para o período entre julho e dezembro de 2021 a alíquota da contribuição foi calculada sob a alíquota de 25% para o Banco e 20% para a Leasing, conforme lei nº 14.183, publicada em 14 de julho de 2021. As alíquotas da contribuição social retornam aos patamares anteriores a partir de janeiro de 2022.

O Grupo possui diferenças temporárias referentes a provisões não dedutíveis de R\$ 533.104 (R\$ 519.451 em 2020), sobre as quais foram contabilizadas imposto de renda (25%) e contribuição social (20% referente ao Banco) diferidas no montante de R\$ 29.007, representado pelos saldos, de R\$ 64.460, com característica de realização no curto prazo. O Grupo também possui prejuízos fiscais em 31 de dezembro de 2021 de R\$ 32.259 (R\$ 54.904 em dezembro 2020), que, somados aos demais saldos de diferenças temporárias, no montante de R\$ 468.634, não foram submetidos a contabilização de imposto de renda (25%) e contribuição social (20% referente ao Banco e (15% referente a Leasing) diferidos de R\$ 219.232 (R\$ 245.644 em 2020), por não terem atingido a todos os critérios, em referência à Resolução nº 4.842/2020 do BACEN.

Banco Société Générale Brasil S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS   S DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020**

Em milhares de reais

(b) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos:

	2021	2020
Diferenças temporárias realizadas no curto prazo	64.460	-
TVMs disponíveis para venda (art. 2 Circular BACEN 3068/01)	82.094	37.398
Ajuste a valor justo de títulos e valores mobiliários, inclusive derivativos	82.094	37.398
Total	146.554	37.398
Alíquota de imposto de renda e da contribuição social	45%	45%
Crédito tributário constituído	65.949	16.829

(c) Movimentação do imposto de renda diferido e contribuição social ativo sobre diferenças temporárias:

	2021	2020
Saldo inicial	16.829	16.073
Adições / baixas liquidas de ajuste a valor justo de títulos e valores mobiliários, inclusive derivativos	49.120	756
Saldo final	65.949	16.829

(d) Movimentação do imposto de renda diferido e contribuição social passivo sobre as diferenças temporárias:

	2021	2020
Saldo inicial	91.008	48.839
Ajustes a valor de mercado TVM e Derivativos - para negociação	(12.474)	43.798
Ajustes ao valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	(2.424)	(3.766)
Marcação a mercado de derivativos	842	(1.179)
Diversos	4.216	3.316
Saldo final (*)	81.168	91.008

(*) Conforme nota explicativa n   18 – “Passivos tributários diferidos e Outros passivos”.

(e) Projeção de realização e valor presente dos créditos tributários:

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados    medida que as diferenças temporárias sobre os quais são calculados sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, cujo cronograma de realização é apresentado a seguir, devidamente fundamentado em estudo técnico, segundo o qual há expectativa de geração de resultados futuros positivos:

Ano	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
2021	-	16.829
2022	65.949	-
	65.949	16.829

Banco Société Générale Brasil S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020**

Em milhares de reais

O valor presente dos créditos tributários, calculado com base na taxa média projetada do CDI, totalizava R\$ 59.012 em 2021 (R\$ 16.363 em 2020).

34. Partes relacionadas

As partes relacionadas do Banco Société Générale incluem, além de suas controladas, o pessoal-chave da Administração do Banco Société Générale e entidades sobre as quais esse pessoal-chave pode exercer influência ou controle significativos.

As transações realizadas pelo Banco Société Générale com as suas partes relacionadas foram as seguintes:

Contraparte	Ativo (passivo)		Receitas (despesas)	
	2021	2020	2021	2020
Société Générale - Nova York:				
Depósitos no exterior em moeda estrangeira	107.202	191.829	-	-
Obrigações por empréstimos do exterior	(1.140.869)	(545.586)	(5.226)	(15.771)
Société Générale - Paris:				
Depósitos no exterior em moeda estrangeira	62.771	101.957	-	-
Devedores diversos no exterior (*)	12.313	4.079	69.712	6.223
Credores diversos no exterior (**)	(46.980)	(20.173)	(97)	(75)
Obrigações em moeda estrangeira	(2.845.816)	(4.219.599)	(9.194)	(23.164)
Obrigações por empréstimos do exterior	(67.578)	(1.221.970)	(3.069)	(2.313)
Sogener Administração e Serviços Ltda.				
Valores a receber de sociedades ligadas (*)	2	2	11	11
Depósitos à vista	(17)	(12)	-	-
Depósitos a prazo	(2.859)	(2.771)	(86)	(76)
Ald Automotive Ltda.				
Depósitos à vista	(655)	(826)	-	-
Operações com swap - diferencial a pagar/receber	(112.639)	(269.324)	(27.604)	81.981
Pascal FIM investimento no exterior				
Instrumentos financeiros derivativos	94.205	39.472	(3.581)	61.499
Saint Germain fundo de investimento multimercado				
Instrumentos financeiros derivativos	6.104	26.036	(33.444)	(13.703)
Resumo por conta:				
Depósitos no exterior em moeda estrangeira	169.973	293.786	-	-
Depósitos à vista	(672)	(838)	-	-
Depósitos a prazo	(2.859)	(2.771)	(86)	(76)
Devedores diversos no exterior (*)	12.313	4.079	69.712	6.223
Valores a receber de sociedades ligadas (*)	2	2	11	11
Obrigações em moeda estrangeira	(2.845.816)	(4.219.599)	(9.194)	(23.164)
Credores diversos no exterior (**)	(46.980)	(20.173)	(97)	(75)
Obrigações por empréstimos do exterior	(1.208.447)	(1.767.556)	(8.295)	(18.084)
Operações com swap - diferencial a pagar/receber	(112.639)	(269.324)	(27.604)	81.981
Instrumentos financeiros derivativos	100.309	65.508	(37.025)	47.796

Banco Société Générale Brasil S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS   S DEMONSTRA  ES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020**

Em milhares de reais

(*) Nota explicativa n   12

(**) Nota explicativa n   18.b

(a) Empréstimos e recebíveis

Conforme legisla  o em vigor, as institui  es financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

(i) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o segundo grau;

(ii) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%.

(iii) Pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, a própria institui  o financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria institui  o, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o segundo grau. Dessa forma, não são efetuados pelas institui  es financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administra  o ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

(b) Remunera  o de pessoas-chave da Administra  o

	2021	2020
Proventos	9.975	10.896
Contribui��o ao INSS	2.476	2.469
Total	<u>12.451</u>	<u>13.365</u>

35. Benefícios a empregados

O Banco Société Générale, a partir do primeiro semestre de 2008, passou a oferecer um plano de previdência complementar de contribui  o definida para seus funcionários, o qual é administrado por uma entidade fechada, Ita   Vida e Previdência S.A.. Este programa está sendo patrocinado pelo Banco Société Générale e pelos seus funcionários.

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, as contribui  es dos patrocinadores totalizaram R\$ 936 (R\$ 852 em 2020) e pelos funcionários R\$ 1.264 (R\$ 1.082 em 2020).

36. Média ponderada de a  es

Segue abaixo, demonstrativo de resultado e a  es utilizadas para cálculo do prejuízo básico e diluído por a  o:

Banco Société Générale Brasil S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS  S DEMONSTRA  ES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020**

Em milhares de reais

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	20.804	122.881
Média ponderada de a��es ordinárias e preferenciais para cálculo do prejuízo básico e diluído por a��o		
Quantidade média de a��es		
Ordinárias	508.474	508.474
Preferenciais	508.474	508.474
Lucro por a��o em R\$ (reais)		
Ordinárias	20,46	120,83
Preferenciais	20,46	120,83
Lucro atribuído por classe de a��o		
Ordinárias	10.402	61.441
Preferenciais	10.402	61.441

37 Eventos subsequentes

Não há eventos subsequentes.

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria do Banco Société Générale S.A. (Comitê), órgão estatutário de caráter permanente, foi instituído em 31 de março de 2010 em atendimento à Resolução nº 3.198/04 do Conselho Monetário Nacional – CMN. O Comitê de Auditoria é órgão estatutário, composto por três diretores e se reporta diretamente à Diretoria Executiva. Compete ao Comitê, no âmbito do Conglomerado Société Générale Brasil, atuar em conformidade com o disposto em seu regimento assessorando a Diretoria Executiva no desempenho de suas atribuições relacionadas ao:

- Acompanhamento das práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras da Sociedade e de suas controladas;
- Na indicação e avaliação da efetividade das auditorias independente e interna, bem como no acompanhamento das suas recomendações de melhorias nos controles internos;
- Avaliação da efetividade dos controles internos.

O Comitê reuniu-se formalmente 2 vezes incluindo a reunião para apreciação das demonstrações financeiras relativas ao período encerrado em dezembro/21, até a conclusão das atividades relativas ao semestre encerrado em 31/12/2021, além de ter mantido reuniões de trabalho para discussão de assuntos específicos com diretores e especialistas das instituições que compõe o Conglomerado, bem como consultores e auditores externos. Dentre as atividades do período destacam-se:

- Acompanhamento do plano de auditoria externa e das demonstrações financeiras de dezembro/21;
- Acompanhamento e aprovação do plano de auditoria interna;
- Avaliação da efetividade das auditorias interna e externa;
- Avaliação dos relatórios de ouvidoria das empresas do Conglomerado, relatórios dos diretores responsáveis pela ouvidoria sobre a adequação da estrutura e da atividade de ouvidoria;
- Avaliação da efetividade dos sistemas de controle interno do Conglomerado, com ênfase no cumprimento do disposto na Resolução 2.554/98 e na Res. 4.557/17;
- Avaliação da qualidade das demonstrações contábeis do período;
- Acompanhamento do atendimento aos apontamentos feitos pelos órgãos reguladores e Auditores Independentes e internos.

Em vista dos resultados dos trabalhos conduzidos, o Comitê concluiu serem satisfatórios e eficazes os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e independente bem como os sistemas e procedimentos de controles internos, recomendando a aprovação das demonstrações financeiras individuais e do Conglomerado relativas ao segundo semestre de 2021.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2022.

Comitê de Auditoria